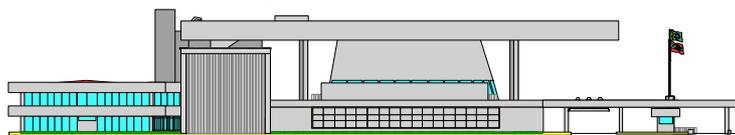


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 15 DE FEVEREIRO DE 2008

NÚMERO 5.849

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Silvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Darci de Matos
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kulmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Edison Andrino
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Edson Piriquito - Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Ada de Luca
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1862
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS

ÍNDICE**Publicações Diversas**

Audiência Pública.....	2
Atas das Comissões	
Permanentes	14
Aviso de Resultado.....	15
Extratos	15
Mensagem Governamental.....	
.....	16
Projetos de Lei.....	17
Redações Finais.....	18

PUBLICAÇÕES DIVERSAS**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER PARA DEBATER AS RELAÇÕES RACIAIS EM SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS 9H30MIN, NO PLENARINHO DA ALESC

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Bom-dia a todos.

Declaro aberta a audiência pública sobre o Dia Nacional da Consciência Negra, atendendo requerimento da senhora Marilú Lima de Oliveira, coordenadora de estágio especial desta Casa Legislativa.

Convido para compor a mesa dos trabalhos o senhor Walter da Luz, vereador de Florianópolis e médico cardiologista; a senhora Vera Fermiano, presidente do Conselho Estadual Afro-descendente; o doutor Dórian Esteves Ribas Marinho, presidente da Comissão Estadual de Direitos Humanos da OAB/SC; e o jovem Mário Davi Barbosa, ex-estagiário do programa Antonieta de Barros, representando a senhora Marilú Lima de Oliveira, proponente da audiência pública.

Eu peço uma salva de palmas para as professoras Uda Gonzaga, Neli Góes e Valdionira Silva dos Anjos. *(Palmas.)*

Estava previsto na programação que a senhora Solange Adão cantaria o Hino Nacional, mas, infelizmente, ela não compareceu.

Quero registrar a presença do senhor Cláudio Bion, neste ato representando a Secretaria Municipal de Assistência Social; da senhora Anna Júlia Rodrigues, representando a Central Única dos Trabalhadores (CUT/SC); da senhora Rosane Francisca Nunes da Silva, representando a Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros (Amab); e da vereadora Ângela Albino.

Muito obrigada pela presença de todos.

(Passa a ler)

"Dia 20 de novembro é o Dia da Consciência Negra. A data foi escolhida pelo Movimento Negro em contraposição ao dia 13 de maio, Dia da Abolição da Escravatura, e é uma homenagem a Zumbi dos Palmares, que faleceu nesse dia há 312 anos, em 1695. Zumbi foi o líder do Quilombo dos Palmares, que é considerado o maior foco de resistência negra à escravidão no Brasil. Mais de três séculos após a sua morte, constata-se que o racismo não deixou de existir ou de se manifestar cruelmente.

As organizações ligadas à questão racial têm essa data como um ponto de convergência para manifestações e reflexões sobre suas formas de luta e de atuação por uma sociedade que saiba respeitar, contemplar e congregar as diferenças. São exemplos de luta a adoção, em meio a muitas discussões ainda em vigência, das ações afirmativas, as cotas para negros nas universidades, que já estão em vigor, e a lei que obriga o ensino da história africana e afro-brasileira nas escolas.

Esta audiência pública neste Dia Nacional da Consciência Negra nos fará refletir sobre as condições de vida da população negra brasileira e sua luta por mais acesso à educação, saúde, habitação, erradicação da discriminação e inclusão no mercado de trabalho."

Após esses breves comentários, concedo a palavra ao jovem Mário Davi Barbosa, ex-estagiário do programa Antonieta de Barros.

O SR. MÁRIO DAVI BARBOSA - Bom-dia a todos e a todas as mulheres.

Quero saudar os participantes da mesa e, principalmente, todos os estagiários do programa Antonieta de Barros, do qual também fiz parte; as professoras que foram alunas do Antonieta de Barros, a dona Uda, a dona Neli e a dona Valdionira, e todos aqueles que estão presentes hoje para comemorar mais um dia 20 de novembro.

Primeiramente quero justificar a ausência da proponente desta audiência pública, a Marilú Lima de Oliveira, coordenadora de estágios especiais aqui da Alesc. Ela fez uma cirurgia e está no pós-operatório. Então, assumi essa difícil tarefa de representá-la, representando também um pouco o jovem do programa Antonieta de Barros, exprimindo aquilo que é o objetivo desta audiência pública.

Quero começar falando um pouco do programa Antonieta de Barros, da sua importância tanto para a Assembléia Legislativa quanto para a comunidade negra e para os jovens.

O programa Antonieta de Barros surgiu da reivindicação do Fórum das Mulheres Negras de Florianópolis, que discutia naquela época e ainda vem discutindo quais os caminhos que seus filhos deveriam tomar em função da mudança da sociedade, do crescimento da criminalidade, dos conflitos sociais relacionados ao crime e, principalmente, da morte de muitos deles. Então, as mulheres que viam seus filhos morrer decidiram pensar numa forma coletiva e unida e fizeram a propositura de um programa que foi instituído com a Lei 13.075, que antes tinha sido implementado em caráter provisório aqui na Assembléia, mas que em 2004 foi efetivado como lei, atendendo quarenta jovens das áreas empobrecidas de Florianópolis.

Qual a importância do programa Antonieta de Barros? Primeiramente porque leva o nome da mulher que é o símbolo da resistência das mulheres negras de Santa Catarina e, por que não dizer, do Brasil, a primeira deputada negra do Brasil numa época em que ainda era muito forte o machismo; e também porque - e aí são palavras da Marilú -, é uma quebra de paradigma tanto para quem está aqui na Assembléia, também para quem está assistindo, quanto para os jovens. Por que quebra de paradigma? Porque os deputados, os funcionários e as pessoas que freqüentam a Assembléia, que é a Casa do Povo, não têm convivência com pessoas que moram no morro. Esses quarenta jovens terão a oportunidade de discussão num espaço totalmente diferente, totalmente alheio à sua realidade, à nossa realidade, o que a Assembléia não está acostumada, mostrando assim que esses jovens têm capacidade como qualquer outro jovem, e essa é uma oportunidade para eles extrapolar esses muros que separam os morros e as comunidades da cidade como hegemonia. Por isso que o programa é uma quebra de paradigma, como a Marilú costuma dizer.

E agora falando do dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, quero dizer que este é também um dia de consciência e resistência. Foi escolhido pelo Movimento Negro justamente porque 13 de Maio é a data em que se comemora o dia em que a princesa Isabel assinou a lei que aboliu a escravidão, ficando aquela visão de uma princesa paternalista que ajudou seus escravinhos e os libertou. Não! O dia 20 de novembro é a data da resistência do Quilombo dos Palmares e de Zumbi, que é a substancialização dessa luta, que morreu pela sua gente nessa data - Quilombo dos Palmares, em Alagoas, chegou a ter cinquenta mil negros e era um foco de resistência muito forte na época, 1670; eram negros que sonhavam em ter liberdade e, principalmente, dignidade.

Então, é esta a data que o Movimento quer colocar como uma data de luta e não como uma data em que uma princesa libertou seus escravinhos que depois foram trabalhar para ela. É uma data que tem que ser lembrada sempre nesse sentido, da luta desses negros que querem ocupar o espaço que construíram e não foi instituído, é negado ainda. Este é um momento de conscientização e de reflexão.

Quero dizer também que devemos lembrar sempre no dia 20 que o Brasil foi a segunda maior nação escravista do mundo; o último país do mundo Ocidental a abolir a escravidão; o penúltimo país das Américas a abolir o tráfico de escravos, em 1870; e o maior importador de toda a história do tráfico no Atlântico.

O Brasil tem hoje a segunda maior população negra, perdendo somente para a Nigéria, na África. Temos que lutar por espaços para essa população que continua excluída, e aí também quero colocar o mito da escravidão cordial, de que os senhores e os escravos tinham um convívio harmônico, e o mito da democracia racial. O convívio harmônico desigual que acontecia na época da escravidão continuou após a abolição, o convívio harmônico desigual dos negros com os seus senhores, dos negros com os brancos, e também cito o racismo, porque após a abolição não foi dada nenhuma oportunidade substancial para esse povo ter mobilidade, tanto em Santa Catarina quanto no Brasil como um todo, e aí ser pobre fica mais acentuado, quando a pessoa é negra é mais pobre e quando é mulher é mais pobre ainda. Isso tem que ser colocado, porque se a gente não pensar por esse viés, nada será mudado.

A escravidão é fruto de um sistema paternalista, patriarcal e cordial. A desigualdade no Brasil ainda é tolerada, camuflada historicamente. Temos mais de um século da Abolição da Escravidão, 119 anos, e a situação continua quase intocável. A população, o Estado e a sociedade fingem que os negros têm direitos efetivados, mas os negros continuam nos mesmos lugares que ocupavam, ou seja, limpando a casa dos outros ou fazendo serviços sempre manuais, seja como vigilante, seja como pedreiro, seja outra coisa, mas sempre nesse *status*. É difícil para um negro ter uma posição diferenciada na sociedade - posso citar como referência o vereador Walter e a Vera, que são pessoas ícones do Movimento Negro de Florianópolis, que a partir disso também conseguiram ter uma posição de destaque, o que é difícil aqui na cidade.

A sociedade brasileira continua negando a existência do problema e a necessidade de enfrentá-lo. Portanto, coloco este dia como um dia de repensar essas formas de combate, de luta e de resistência, deixar esse combate, que é um combate diário contra a fome, contra todas as problemáticas, e se mobilizar para fazer um combate mais politizado, no sentido de fazer uma política institucional.

Eu vou colocar aqui como reivindicações do programa a instituição do SOS Racismo, nos moldes de como é feito no Estado do Paraná, a possibilidade de as pessoas que sofrem crime de racismo terem assistência jurídica estatal digna, porque, se vocês não sabem, racismo é crime desde a década de 1990, mas dificilmente alguém é criminalizado por essa prática, porque é muito difícil uma pessoa negra chegar a uma delegacia e abrir um boletim de ocorrência. No final do processo ninguém é punido por essa prática; apesar de ser um crime, ninguém é punido. Então, o SOS Racismo daria a essas pessoas condições dignas de buscarem o Poder Público uma alternativa de assegurar seus direitos.

Outra reivindicação é a participação do programa Antonieta de Barros no Conselho Estadual da População Afro-descendente, que é uma instituição do Executivo estadual, mas a Assembléia fez parte, representada pelo programa no ano passado, na comissão que implementou as cotas na UFSC, que hoje são uma realidade - eu e a Marilú fizemos parte da discussão daquela comissão. Quem optar pelas cotas de negros, índios e escola pública e fizer vestibular vai ter os seus direitos efetivados, e o programa participou dessa discussão.

Então, a Marilú coloca que o programa quer participar, em nome da Assembléia Legislativa, desse conselho para a população afro-descendente discutir políticas de Estado de promoção da igualdade racial e da igualdade social. O PAB também quer participar do Cedim, que é o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, isso porque tem toda essa visão e preocupação com a mulher, em especial com a mulher negra.

Essas são duas reivindicações de suma importância para levar a discussão do programa para outros espaços que não da Assembléia Legislativa.

Outra reivindicação que também é muito importante - e aqui, deputada, a Assembléia Legislativa tem um papel essencial nessa proposição - é a instituição de cotas na Universidade do Estado de Santa Catarina. Foi uma luta instituir cotas na UFSC. Quando foi instituído em 2001, acho que na UERJ, dificilmente se pensava em cotas em todo o País, mas hoje é uma realidade. A Udesc não pode ficar para trás nessa conquista. A Assembléia Legislativa é um dos canais para se discutir esse tipo de política de ação afirmativa também na Udesc. Acho que o Estado não pode ficar para trás nessa conquista do Movimento Negro.

Para finalizar, quero mais uma vez lembrar da resistência, falar um pouco da comunidade do morro, da visão que a sociedade tem da comunidade do morro, que é uma visão sempre negativa. Quando você pensa no morro, pensa sempre de uma forma negativa naquelas pessoas que vivem lá, mas os jovens do programa e eu, que sou estagiário, estamos aqui para reafirmar que isso é mentira. A comunidade é um contínuo do Quilombo. E por que um contínuo do Quilombo? Porque as pessoas que estão lá vivem segregadas. O Quilombo foi um foco de resistência e também de segregação daquela população que não tinha como viver nos moldes da escravidão, procurando assim uma alternativa diferente, mas, infelizmente, a comunidade é um contínuo do Quilombo, e um quilombo próximo de todo mundo, próximo da Assembléia, do Tribunal de Justiça, de todas as instituições aqui do Estado, mas continua lá entocado.

E como extrapolar esses muros que separam as comunidades tanto do maciço como de todas as outras partes da cidade? Como vamos usufruir desta cidade, que foi construída também por nós?

O fortalecimento dos negros, das mulheres negras, dessas pessoas que vivem na comunidade que vai dar subsídios para a extrapolação desses muros que separam e que estão bem claros para quem vive no morro: daqui para lá não pode ir, não posso entrar no *shopping* porque não vou poder comprar, a não ser que eu vá trabalhar na limpeza, aí eu posso.

Então, a gente quer usufruir desta cidade, a gente tem que extrapolar esses muros. E como extrapolar? A partir do movimento social. E aqui o convívio dos negros ex-escravos, que após a abolição foram jogados à própria sorte como já falei, é o mesmo de antes. Então, meu pai e minha mãe continuam na mesma posição em que a minha avó estava, como lavadeira do morro.

Precisamos desarmar esse convívio. Contestar, transgredir a ordem é o caminho, e lutar pelos espaços também. E o programa Antonieta de Barros se coloca nessa posição como uma política de ação afirmativa da Assembléia Legislativa. E, desculpem, era mais uma reivindicação que lembrei agora: que se institua nos moldes do PAB, que seja uma política de Estado em que jovens de outras cidades e de outras comunidades também possam ter uma oportunidade diferenciada na sua vida de estagiar e de ter outra visão, outro modo de convivência. Então, que se transforme numa política de Estado e que se propague o programa Antonieta de Barros para outras cidades e para outras localidades.

Mais uma vez quero saudar as professoras que vão ser homenageadas no dia de hoje e vou terminar com uma frase que peguei hoje de manhã, que eu já tinha em mente: "Temos direito a reivindicar a igualdade sempre que a diferença nos inferioriza e temos direito a reivindicar a diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza". Esta frase é do sociólogo Boaventura Souza Santos.

Muito obrigado a todos por terem me ouvido. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Parabéns, Mário. Suas palavras foram de muita profundidade. Realmente você está de parabéns.

Eu gostaria de registrar a presença da senhora Estela Maris Cardoso, coordenadora da União de Negros pela Igualdade, a Unegro; do senhor Valmir Ari Brito, neste ato representando a Associação de Capoeira Angola dos Palmares; e do deputado José Natal, a quem convido para fazer parte da mesa.

Parabéns, deputado, pela presença. Todos os deputados foram convidados, mas V.Exa. foi o único que compareceu!

Com a palavra o vereador Walter da Luz, que pediu cinco minutos para a sua manifestação.

O SR. VEREADOR WALTER DA LUZ (Florianópolis) - Obrigada, deputada.

Bom-dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar a deputada que preside a mesa; a Vera Fermiano, rica batalhadora da causa da mulher negra, do homem negro; o professor Dórian, presidente da Comissão Estadual de Direitos Humanos da OAB; o deputado José Natal, nosso amigo; as professoras, incansáveis batalhadoras pela luta da raça negra - bem antes de nós pensarmos em discutir sobre negritude, sobre diversidades, a professora Valdionira, a professora Uda e a professora Nelí Góes já faziam e continuam fazendo um trabalho que não pode ser esquecido em momento algum, em lugar algum; a Anna Júlia Rodrigues, representante da CUT - eu não sou do partido, mas sei que o trabalho lá é muito bonito, o vereador Márcio nos fala muito sobre esse trabalho, que vale a pena; o professor Valmir; o Cláudio Bion, que representa a secretária Rose Berger, que tem feito um trabalho também incansável no município de Florianópolis; a Rosane; e a vereadora Ângela, que é minha amiga, colega de trabalho, que também tem feito um trabalho lindo nesta cidade, por incrível que pareça, pela causa negra, batalha muito pelas mulheres, pelos homens; os colegas da Assembléia; a imprensa; e aqueles que são o objetivo, o escopo da nossa vinda hoje aqui: os estagiários.

Deputada, eu pedi cinco minutos porque havia me preparado, como cardiologista que sou. A proponente desta audiência pública, a colega Marilú, que hoje não está conosco por ter feito uma cirurgia, disse que precisava muito dos meus conhecimentos sobre hipertensão, que prevalece na raça negra, que traz doenças sérias para nós, como diabetes - cada um de nós aqui deve ter um pai, um avô ou um tio com problemas causados pela diabetes, já com um dedinho ou uma perna amputada -, obesidade, alcoolismo, drogas etc., que afetam muito a juventude, principalmente, nos dias de hoje, as mulheres jovens, que é uma pena que vamos perdê-las aos 40 anos de idade. Esse era o meu preparo, mas no decorrer das conversas a Marilú me disse que queria que eu apenas pincelasse alguns dados sobre a minha vida, que pontuasse o que foi importante na minha carreira, para mostrar aos jovens por que sou um cardiologista hoje.

Ser médico é uma luta, tem o vestibular, você tem que se dedicar, tem que deixar as baladas de finais de semana; ser cardiologista é um passo acima; e ser ecocardiografista, que é o que sou, um pouquinho mais acima. Então, ela pediu que eu desse algumas pinceladas.

É difícil falar de nós mesmos, mas nasci no Balneário do Estreito, que hoje é um bairro bonito - na época não era, era pobre. Minha mãe, que teve importância fundamental na minha vida, levou-nos para a Coloninha para nos tirar justamente da influência dos tios, das tias e avós, pois queria que os filhos, minha irmã mais velha e outro, crescessem sob a dependência e sob o trabalho dela.

Quem é jovem não sabe o que era a Coloninha naquela época. Comparando, seria um dos piores lugares que temos na cidade hoje - imaginem casas velhas, esgoto correndo a céu aberto, sem água encanada, sem luz e com uma fonte lá embaixo onde as nossas mães buscavam água e nós, pequeninos, brincávamos em volta. Vocês devem imaginar como era, pois devem conhecer algum lugar assim. Hoje, a Coloninha é um bairro alto, um bairro bonito, ruas tracejadas, tem uma escola de samba boa, bonita, tem colégio - tem outras escolas de samba em outros lugares também! E lá eu fiquei até os 9 anos de idade. Quando a minha mãe viu que o bairro já se tornava difícil para a nossa formação, colocou-nos no Abrigo de Menores, na Agronômica.

Era um educandário, deputada, que, infelizmente, a sociedade surrupiou de Florianópolis. O Abrigo de Menores era um educandário que tinha um currículo normal, o primeiro ano, o segundo ano, o terceiro ano, o quarto ano, o quinto ano e o sexto ano, que vocês estão ouvindo falar agora. O ginásio era feito fora. Então, nós, alunos do Abrigo de Menores, obviamente éramos os melhores, porque íamos até o sexto ano para depois irmos para fora competir com o jovem que saía do quarto ano. Todos nós tirávamos o primeiro lugar no Instituto, no Ginásio de Aplicação, e assim foi a nossa vida.

No Abrigo de Menores - por isso eu digo que faz falta hoje - a educação era 24 horas. Lá aprendemos a jogar futebol. Para quem não me conhece, fui jogador do Avaí e do Figueirense, capitão do Figueirense por quatro anos e por dois anos capitão do Avaí, e passei pelo Internacional, de Porto Alegre - no momento, há uma polêmica na cidade, porque declaramos de utilidade pública a Associação Amigos dos Gremistas e as pessoas não gostam, falam, têm o direito de falar. Lá eu aprendi a jogar bola. Graças ao esporte, fiz o ginásio normalmente. Com 14 anos de idade eu era professor substituto. Na época em que prestávamos um trabalho na Agronômica, no governo Celso Ramos, alfabetizamos os funcionários e os policiais que não sabiam ler lá no Palácio do Governo.

Quero cumprimentar o deputado Venzon, que acabou de chegar.

Seja bem-vindo, deputado Venzon!

Quando saí do Abrigo, com 16 anos, enfrentei um campeonato amador na cidade, um time chamado Postal Telegráfico. No ano seguinte, fui para o Figueirense Futebol Clube e aos 17 anos já era titular, joguei até os 19 anos; com 20 anos fui para o Avaí, nunca deixando de estudar, porque, na época, pessoas importantes na nossa vida, como o Valério Matos e o Marreco, que eram dois jogadores, diziam: "Vocês têm que estudar". Diziam para mim e para o Adairton, um grande jogador de futebol que já morreu.

Em 1970 fui para o Avaí e também fiz vestibular para Medicina e passei - o Avaí teve dificuldades muito grandes na época, entre 1970 e 1971 não pagava ninguém, não sei se hoje continua a mesma coisa, não sei se paga. Fui para Santa Maria, para a universidade federal, continuar a estudar Medicina. Lá, tive o privilégio de disputar o campeonato gaúcho por quatro anos, pelo Internacional de Santa Maria.

Por isso que digo que nós precisamos do esporte, que é a nossa educação, a nossa força - o professor Valmir, que dá aulas de capoeira, é testemunha disso. Se nós não fizermos isso, seremos levados para o lado mais forte, e todos sabem do que estou falando.

Então, graças ao esporte, hoje sou médico cardiologista. O Mário disse que é importante a presença de vocês na Assembléia Legislativa, e quero dizer que sou o funcionário negro mais antigo da Assembléia Legislativa, entrei aqui como datilógrafo no tempo da máquina Remington e da máquina Olivetti, que vocês nem devem conhecer, pois hoje é só computador. Foi uma época boa, galguei, continuei, fiquei um tempo fora da Assembléia estudando e voltei como médico - fui chefe da Divisão de Serviço Médico por duas vezes. Isso significa o quê? Que vocês podem ser deputados, diretores, até presidente da Assembléia, como não! Quando o Gilmar Knaesel criou esse tipo de trabalho, em 1999, eu era diretor do Serviço Médico da Casa e participei decisiva e decididamente na busca de jovens de comunidades com dificuldades para a Assembléia ajudar.

Nós propúnhamos antes o estágio, mas um diretor na época, o nosso amigo Nazarildo, disse: "Por que não trazer o pessoal para entender a Assembléia, acompanhar, estudar?"

Então, essa é a vida de um cidadão amigo de vocês, igual a vocês, e vereador, não posso deixar de dizer, com a maior votação em Florianópolis (foram 7.055 votos), pelo trabalho, não por dinheiro, que nós não temos, bem como não temos fundação papai, fundação mamãe nem fundação rica atrás, mas pelo trabalho que fizemos desde pequeno, como acabei de dizer para vocês, e a sociedade reconheceu, colocou-nos na Câmara para trabalhar.

Então, quero pedir permissão a vocês para falar de alguns projetos pequenos - a vereadora Ângela está conosco lá e sabe. Na semana retrasada, a ministra Matilde Ribeiro esteve em Florianópolis, quando aproveitamos, eu, a vereadora Ângela, o vereador Márcio, todos os vereadores, para apresentar ao prefeito o termo de adesão sobre políticas públicas, juntamente com o Ministério da ministra Matilde, que é a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, uma secretaria com *status* de ministério. O prefeito Dário apresentou à Câmara, para que nós, vereadores, pudéssemos discutir e aprimorar, o projeto de lei da criação do Conselho Municipal de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (negro, judeu, índio, cigano, jordaniano, árabe, enfim), bem como da criação de uma controladoria, com *status* de secretaria, para que tenhamos em Florianópolis um quadro efetivo para a promoção da política pública de igualdade racial.

Deputada, peço desculpas se me alonguei. Quero voltar a discutir com os senhores esse assunto depois.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Gostaria de convidar para fazer parte da mesa o deputado Serafim Venzon, membro da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais. (Palmas.)

Convido para fazer uso da palavra o doutor Dórian Esteves Ribas Marinho, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, por até três minutos.

O SR. DÓRIAN ESTEVES RIBAS MARINHO - Bom-dia a todos, gostaria inicialmente de expressar o meu contentamento pelo convite feito ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil em Santa Catarina, o doutor Paulo Roberto de Borba, a quem represento neste evento com muita honra.

Atuo na presidência da Comissão de Direitos Humanos da OAB já há alguns anos e venho a este evento com um prazer redobrado, na medida em que percebo que o foco colocado é o das reivindicações, é trazer para o discurso uma prática que se revela essencial.

Gostaria de tentar responder ao colega sobre a nossa preocupação com relação à instituição de SOS isso, SOS aquilo, disque isso, disque aquilo. A experiência que temos nesse campo, já longa, é a de estimular uma sociedade delatora, persecutória e punitiva, em que procuramos, efetivamente, evitar esse tipo de raciocínio. Para tanto, gostaria de colocar ao colega a existência de uma Defensoria Pública, criada por lei recente, que atua através da Defensoria Dativa, em que toda pessoa, seja ela quem for, basta não ter recursos para a contratação de um advogado, pode levar a sua reivindicação ou a sua denúncia de violação de qualquer direito e certamente será atendida por um advogado credenciado pela OAB, que fará a defesa de seus direitos.

Num certo sentido, fiquei um tanto constrangido que o discurso tenha relacionado negros com morro, com miséria e com favela. De fato, a gente não pode descartar essa crua realidade, que é extremamente dramática, mas também temos outras pessoas negras que ocupam postos significativos dentro da nossa sociedade, e muito certamente por conquista pessoal, não através da idéia do privilégio. O vereador Walter da Luz é, de fato, um dos exemplos disso que estou querendo colocar.

E quando falamos sobre cotas, por exemplo, estamos falando sobre universalização de oportunidades, mas não estamos falando daquelas pessoas que batalharam, estudaram e procuraram crescer na vida apesar de todos os pesares e apesar de todos os preconceitos, que nunca receberam algum tipo de auxílio do Estado, algum auxílio da nossa sociedade. Eu acho que esse aspecto precisa ser revisto. É preciso que essas pessoas, não só negras, mas todas as pessoas que de certa forma buscam o saber, buscam crescer através do conhecimento, tenham uma resposta do Estado à altura da tarefa e da aventura a qual se propõem.

Muito se fala da questão do preconceito, da discriminação e da intolerância. Eu queria dizer que essas esferas são apenas sintomas de uma doença. São sintomas como as violações dos direitos, a violência e a tortura. A doença, na realidade, é a opressão e a dominação que existe numa sociedade hierárquica cujo combustível será sempre a miséria e a ignorância. É contra esses que temos que lutar. O nosso verdadeiro inimigo não é de fato o preconceito, a discriminação e a intolerância, que parecem ser não da natureza humana, mas da condição humana atual. Essa consciência histórica de libertação, que se dá não só nesse segmento da sociedade, precisa perceber que essa opressão e essa dominação se dão principalmente não por uma coincidência, mas por uma geopolítica do poder, de reprodução e de eternização desse poder. Uma sociedade hierarquizada sempre terá como combustível essa miséria e essa ignorância.

Temos que ver direitos, e falamos aqui muito em direitos como o avesso da concessão da idéia de favor. Não podemos ver os direitos como mera inversão de privilégio, porque isso é apenas uma armadilha para continuarmos estabelecendo uma sociedade hierarquizada.

A mensagem da OAB é no sentido de que deva existir um dia de afirmação desses direitos - pena que seja um único dia. Mas é necessário, sobretudo, que haja confirmação desses direitos na atuação cotidiana de cada um de nós. Essa luta é uma luta de todo dia, não é apenas a luta de um dia comemorativo. É claro que nesses dias devemos, de certa maneira, regozijarmo-nos das conquistas realizadas durante esse período, que são tão pequenas e que parecem tão inexpressivas.

Direitos, numa perspectiva jurídica, podem parecer pontuais, é um artigo legal, um inciso, uma lei, mas na perspectiva social esses direitos se traduzem como uma tarefa cotidiana. E esse é o desafio que eu quero colocar para vocês: que todos vocês percebam que a defesa desses direitos, a defesa dos direitos da pessoa negra, não se encerra aí. E só existirá na medida em que a luta por esses direitos seja pelos direitos de todas as pessoas, seja do deficiente físico, seja da mulher, seja de todas aquelas pessoas que são oprimidas de alguma forma. O direito de cada um de nós se consagra no direito do outro.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Concedo a palavra à senhora Vera Fermiano, por até três minutos.

A SRA. VERA FERMIANO - Quero saudar todos e todas neste dia, especialmente duas pessoas que vêm lutando a vida inteira para modificar tudo o que vocês estão ouvindo agora: a minha professora Uda e minha professora Valdionira. Essas são duas guerreiras que agiram de forma diferente nesta cidade, bem como a professora Neli. São mulheres que durante toda a sua vida vêm tentando mudar esse cotidiano através da educação.

Novamente, neste ano de 2007, estamos aqui fazendo uma audiência pública do 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. O interessante é que o público que deveria estar aqui contribuindo para que a consciência negra seja cada vez mais cotidiana não está presente. Então, somos nós falando para nós novamente.

Em matéria de quebra de paradigmas, Mário, ainda está faltando quebrar um paradigma aqui: o paradigma de sentar na última cadeira. Nós devemos sempre sentar nos primeiros lugares. Essa história de sentar nos fundos da sala é na escola racista. Nós devemos ocupar todos os lugares. Precisamos deixar de nos esconder; precisamos mostrar a nossa cara. A luta se faz quando a gente mostra a nossa cara. Vocês precisam ter orgulho de ser quem são. Quando pensamos no projeto Antonieta de Barros, era para dar a vocês auto-estima, respeito e novas oportunidades, e espero que vocês tenham incorporado isso.

Esse é mais um 20 de novembro em que queremos que a sociedade que está aí reconheça todo o processo de exclusão e de falta de oportunidade que o povo negro teve nessa terra desde o pós-abolição.

Esse é o momento de reivindicações. Consciência negra nós já temos, falta à sociedade branca essa consciência.

Axé, Zumbi, Dandara, Aqualtune e todas as guerreiras negras. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Querida te parabenizar e dizer que também senti o que tu sentiste: a ausência das pessoas aqui. E não foi por falta de a Casa se movimentar, de a Comissão se movimentar - foram distribuídos duzentos convites.

Então, assino embaixo das tuas palavras. Ficamos tristes, porque hoje era para ser um dia de festa, de reivindicações, de platéia lotada. Mas não podemos desistir; a luta continua.

Agora gostaria de conceder alguns minutos ao deputado José Natal, que veio nos prestigiar, e nada mais justo que ele faça as suas considerações.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Meu bom-dia a todos e a todas. Quero cumprimentar a deputada Ada de Luca, presidente da Comissão dos Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher da Alesc; a senhora Vera Fermiano, a quem vi neste final da semana na TVAL, numa audiência pública, pronunciando-se sobre o tema colocado aqui hoje, e realmente gostei; a vereadora Ângela Albino, que, com certeza é uma lutadora por esta cidade, tanto quanto os demais; o Dórian, representante da OAB, que tem ajudado de todas as formas na questão do afrodescendente e em outras questões inerentes à política de inserção neste país; o nobre vereador e médico Juca; o nobre deputado Serafim Venzon, nosso amigo; e as demais pessoas.

Com certeza, se estamos aqui hoje falando sobre esse assunto, é porque o nosso país ainda tem, como se diz na língua popular, muita pendência com os afrodescendentes e com as camadas menos favorecidas da sociedade brasileira.

A burguesia deste país, no passado, ao conceder a "liberdade", entre aspas, em algumas situações... A Abolição da Escravatura aconteceu, como se diz na língua popular (e eu gosto de falar), na marra, já que o Brasil foi o último país realmente a abolir a escravidão no mundo. Conseqüentemente, o nosso país não preparou todos para uma sociedade de inclusão; ficou cada um ao deus-dará. Até os dias de hoje o nosso país e a sociedade brasileira devem muito a essa camada significativa e importante, que contribuiu para o desenvolvimento deste país com seu sangue, com seu sacrifício, sendo acometida de muita maldade, como se diz.

E não precisávamos estar aqui no dia de hoje discutindo esse assunto. Não precisávamos. Mas, como dizem, este país não tem consciência, então temos que estar aqui exatamente para tentar "relembrar" a consciência dos administradores deste país.

Querida cumprimentá-los, e, assim como o nobre doutor Juca contou a experiência de vida dele, gostaria de dizer que sou de uma família com quatorze irmãos. Meu pai é mecânico, e com 12 anos de idade eu saía de Capoeiras, na divisa de São José, para trabalhar na rua Santos Saraiva, no Estreito, em uma oficina mecânica. Para minha felicidade, comecei a minha vida profissional aprendendo com os negros, com o Negão Biriba(?), conhecido da Santos Saraiva, o Negão Pelé, o Negão Catucha. Eu vivi dos 12 aos 18 anos com essas pessoas, e aprendi algumas coisas com elas, que não eram valorizadas pelos seus patrões. E o meu patrão, de cor branca, fez o nome em cima das pessoas que eram competentes e profissionais comprometidos.

Então, trago a vocês a minha solidariedade. Se eu, como deputado, puder contribuir, e tenho certeza que poderei, coloco-me à disposição de todos vocês nesta Casa.

E vocês que estão aqui hoje digam aos seus amigos lá fora: "Por que não foram nos prestigiar? Por que não foram lá reivindicar junto conosco aquilo que nós pretendemos que seja colocado no papel, e não só nas palavras?"

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Antes de ouvir as três professoras, quero pedir licença para conceder a palavra o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Cumprimento a deputada Ada De Luca, presidente da Comissão dos Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher da Alesc; o vereador Walter da Luz, o Juca, médico cardiologista, funcionário da Assembléia; a Vera Fermiano, presidente do Conselho Estadual da População Afrodescendente; a vereadora Ângela Albino; o Dórian Esteves Ribas Marinho, presidente da Comissão Estadual de Direitos Humanos da OAB/SC; o Cláudio Bion, representando a Secretária Municipal de Assistência Social; o Mário Davi Barbosa, estagiário do programa Antonieta de Barros, representando a proponente da audiência pública, Marilu Lima de Oliveira, as senhoras e os senhores que estão prestigiando este encontro.

Gostaria de fazer uma reflexão sobre a discriminação entre as pessoas. O vereador Juca pode me ajudar a confirmar que, de acordo com as teorias não de médico, mas de relacionamento entre pessoas, é próprio do ser humano (e existe também uma experiência entre ratos) a dominação para ter poder, a tendência à escravização, a colocar alguém para trabalhar num determinado grupo. Essa discriminação que existe entre as pessoas está dentro do nosso DNA. É uma tendência maléfica, digamos assim, mas ela está impregnada no indivíduo, no animal homem.

A questão da cor é meramente, não diria uma coincidência, mas dos 184 milhões de brasileiros, mais de 60 milhões vivem em estado de miséria. Segundo o que vi nas manchetes de jornais hoje, 34% da população brasileira depende de algum tipo de bolsa do governo federal, seja bolsa-família ou qualquer outra. Esses 34%, para terem uma condição de vida um pouco melhor, dependem do apoio do governo federal. Na verdade, é um percentual que talvez chegue perto de 50%, se a gente levar em conta a condição de vida.

Então, a tendência à escravização, a discriminar, é próprio do homem. E direito não se ganha, se consegue, se conquista. Nós precisamos ocupar e disputar os espaços. E cabe a nós, como governo e como representante da sociedade, buscar formas para diminuir essa tendência maléfica, porém natural, como se fosse um pecado original. Está embutida no homem essa tendência de escravizar o outro.

Portanto, esse direito nós conquistamos nos impondo e fazendo, e não esperando que alguém nos conceda o direito porque eu tenho essa ou aquela cor, não esperando que alguém me conceda o direito porque nasci agricultor, porque sou filho de índio ou não sei o quê. Não, temos que ocupar o espaço.

Eu ouvi aqui o vereador Juca dizer que embora jogasse futebol também foi à luta, foi fazer vestibular, e hoje é médico, porque não ficou apenas nas benesses que na hora da fama você consegue como jogador de futebol, ele foi ocupar um espaço. E se esse espaço não tivesse sido ocupado por ele, teria sido ocupado por outro.

Para encerrar, eu queria reafirmar que direito não é dado por ninguém, é conquistado, por isso que a primeira coisa que precisamos saber, e não importa qual seja a nossa cor, é que nós precisamos buscar aquilo que esperamos de nós. Ninguém fará por nós aquilo que deixamos de fazer por nós mesmos.

Eu sou filho de agricultor, nasci onde nasce o rio Itajaí-Mirim, e vocês sabem que onde o rio nasce é um lugar maravilhoso para se visitar, para se fazer turismo, mas para ganhar a vida é péssimo, não é verdade? Na gruta, onde nasce o rio, é um lugar ruim para ganhar a vida, mas se hoje eu tenho uma condição de vida melhor, é por que Deus me abençoou me dando forças para fazer alguma coisa (também sou médico) e ocupar o espaço que no dia-a-dia iria aparecer para mim.

Então, eu quero me colocar à disposição de todos vocês nessa luta. Nós, como governo, vamos sempre priorizar aquilo que o nome da nossa Comissão já diz: priorizar, apoiar, dar sustentação às iniciativas das minorias. Nós, como governo, vamos estimular isso, porque a tendência natural do homem é marginalizar todos aqueles que estão ao seu redor, e nós precisamos combater isso. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Com muita honra, passo a palavra à professora Uda Gonzaga.

A SRA. UDA GONZAGA - O meu bom-dia à senhora deputada Ada De Luca, aos demais componentes da mesa, às minhas queridas colegas professoras, aos meus queridos alunos aqui presentes.

Quando fui convidada para vir falar sobre a consciência negra, fiquei pensando: mais uma vez vou falar de uma consciência. E hoje a professora Vera falou uma coisa que me tocou, ela disse que "mais uma vez estamos falando para nós mesmos". A deputada Ada também disse que estava triste [pela pouca presença], mas quem sabe aquelas vidas que estão lá fora não tiveram conhecimento [deste evento], embora tenham sido distribuídos vários convites. Quem sabe não chegaram a quem deveriam chegar. Então, a gente fica triste, sim.

Hoje, dia 20 de novembro, em todas as escolas, existe uma manifestação (inclusive na minha estão me esperando) para falar um pouquinho sobre a consciência negra; mais uma vez. São 312 anos da morte desse grande herói, morto por uma causa, esse grande guerreiro. A luta continua, porque estamos aí com a mesma discriminação, com o mesmo preconceito, mas sempre em busca de algo melhor.

Disse o deputado que direito se conquista. E nós caminhamos. Estava dizendo para a professora Neli que a nossa luta é grande, que a nossa caminhada, a nossa jornada muito grande. Temos em nossas mãos milhares de crianças que não têm oportunidade, e se um dia os senhores, que são os nossos porta-vozes, olharem com outro olhar para essas crianças... Como disse o vereador Walter da Luz (ou doutor Juca, como é mais conhecido), é importante para elas o esporte. Realmente, é importante o esporte, mas de que maneira podemos fazer isso nas nossas escolas? Cadê a ajuda, cadê o apoio?

Falo isso por experiência própria, sou diretora de uma escola no Morro da Caixa, na comunidade Mont Serrat, a Escola Básica Lúcia do Livramento Mayorme. E daqui eu visualizo vários jovens que passaram pelas nossas mãos, como o Rodrigo, o Leandro, o Lálío, a Larissa e outros. A professora Nadir, que trabalhou conosco, sabe disso.

Falou-se em reivindicar, e há quantos anos, professora Neli, estamos fazendo esse tipo de trabalho? Mas nossas vozes não são ouvidas. Os senhores, que são os nossos representantes - senhora deputada, vereadora Ângela -, façam alguma coisa por nós!

Eu gostaria de ler a história de um menino que perguntou à sua mãe o que aconteceria se não existisse o negro no mundo. *(Passa a ler.)*

Essa é a história de um garoto chamado Theo que acordou um dia e perguntou a sua mãe: 'Mãe, o que aconteceria se não existissem pessoas negras no mundo?'

Sua mãe pensou por um momento e então falou: 'Filho, siga-me hoje e vamos ver como seria se não houvesse pessoas negras no mundo'. E, então, disse: 'Agora vá se vestir e nós começaremos.' Theo correu para seu quarto e colocou suas roupas e sapatos. Sua mãe deu uma olhada nele e disse: 'Theo, onde estão seus sapatos? E suas roupas estão amassadas, filho, precisa passá-las.' Mas quando ela procurou pela tábua de passar, ela não estava mais lá.

Veja, Sarah Boone, uma mulher negra, inventou a tábua de passar roupa. E Jan E. Matzlinger, um homem negro, inventou a máquina de colocar solas nos sapatos. 'Então... - ela falou - por favor, vá e faça algo em seu cabelo.' Theo decidiu apenas escovar seu cabelo, mas a escova havia desaparecido. Veja, Lydia O. Newman, uma mulher negra, inventou a escova. Ora, essa foi uma prisão... Nada de sapatos, roupas amassadas, cabelos desarrumados. Mesmo o cabelo da mãe, sem as invenções para cuidar do cabelo feitas por Madame C. J. Walker... Bem, vocês podem vislumbrar...

A mãe disse a Theo: 'Vamos fazer nossos trabalhos domésticos e, então, iremos ao mercado.' A tarefa de Theo era varrer o chão. Ele varreu, varreu e varreu. Quando ele procurou pela pá de lixo, ela não estava lá. Lloyd P. Ray, um homem negro, inventou a pá de lixo. Ele decidiu, então, esfregar o chão, mas o esfregão tinha desaparecido. Thomas W. Stewart, um homem negro, inventou o esfregão. Theo gritou para sua mãe: 'Não estou tendo nenhuma sorte!' Ela responde: 'Bem, filho, deixe-me terminar de lavar estas roupas e prepararemos a lista do mercado.' Quando a lavagem estava finalizada, ela foi colocar as roupas na secadora, mas ela não estava lá. Acontece que George T. Samon, um homem negro, inventou a secadora de roupas.

A mãe pediu a Theo que pegasse papel e lápis para fazerem a lista do mercado. Theo correu para buscá-los, mas percebeu que a ponta do lápis estava quebrada. Bem... Ele estava sem sorte, porque John Love, um homem negro, inventou o apontador de lápis. A mãe procurou por uma caneta, mas ela não estava lá, porque William Purvis, um homem negro, inventou a caneta tinteiro. Além disso, Lee Burrige inventou a máquina de datilografia e W. A. Lovette, a prensa de impressão avançada.

Theo e sua mãe decidiram, então, ir direto para o mercado. Ao abrir a porta, Theo percebeu que a grama estava muito alta. De fato, a máquina de cortar grama foi inventada por um homem negro, John Burr. Eles se dirigiram para o carro, mas notaram que ele simplesmente não sairia do lugar. Isso porque Richard Spikes, um homem negro, inventou a mudança automática de marchas e Joseph Gammel inventou o sistema de supercarga para os motores de combustão interna. Eles perceberam que os poucos carros que estavam circulando batiam uns contra os outros, pois não havia sinais de trânsito. Garret A. Morgan, um homem negro, foi o inventor do semáforo.

Estava ficando tarde e eles, então, caminham para o mercado, pegaram suas compras e voltaram para casa. Quando iam guardar o leite, os ovos e a manteiga, eles notaram que a geladeira havia desaparecido. É que John Standard, um homem negro, inventou a geladeira. Colocaram, assim, as compras sobre o balcão. A essa hora, Theo começou a sentir bastante frio. Sua mãe foi ligar o aquecimento. Acontece que Alice Parker, uma mulher negra, inventou a fornalha de aquecimento. Mesmo no verão eles não teriam sorte, pois Frederick Jones, um homem negro, inventou o ar-condicionado.

Já era quase a hora em que o pai de Theo costumava chegar em casa. Ele normalmente voltava de ônibus. Não havia, porém, nenhum ônibus, pois seu precursor, o bonde elétrico, foi inventado por outro homem negro, Elbert R. Robinson. Ele usualmente pegava o elevador para descer de seu escritório, no vigésimo andar do prédio, mas não havia nenhum elevador, porque um homem negro, Alexander Miles, foi o inventor do elevador. Ele costumava deixar a correspondência do escritório em uma caixa do correio próxima ao seu trabalho, mas ela não estava mais lá, uma vez que Philip Downing, um homem negro, foi o inventor da caixa de correio para colocação de cartas, e William Berry inventou a máquina de carimbo e de cancelamento postal. Theo e sua mãe sentaram-se à mesa da cozinha com as mãos na cabeça. Quando o pai chegou perguntou-lhes: 'Por que vocês estão sentados no escuro?' A razão disso? Pois Lewis Howard Latimer, um homem negro, inventou o filamento de dentro da lâmpada elétrica.

Theo havia aprendido rapidamente como seria o mundo se não existissem as pessoas negras. Isso para não mencionar o caso de que pudesse ficar doente e necessitar de sangue. Charles Drew, um cientista negro, encontrou uma forma para preservar e estocar o sangue, o que o levou a implantar o primeiro banco de sangue do mundo. E se um membro da família precisasse de uma cirurgia cardíaca? Isso não seria possível sem o Dr. Daniel Hale Williams, um médico negro, que executou a primeira cirurgia aberta do coração.

Então, se você um dia imaginar como Theo, onde estaríamos agora sem os negros? Bem, é relativamente fácil prever: nós ainda estaríamos na escuridão!"

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Parabéns, professora Uda. Sinceramente, sem querer, a senhora deu uma aula de história, uma aula de conhecimento. Parabéns mesmo, e digo isso emocionada.

Convido a estagiária Larissa para fazer uma homenagem à professora Uda.

(Procede-se à entrega das flores.) (Palmas.)

Concedo a palavra à senhora Neli Góes.

O SR. VEREADOR WALTER DA LUZ (Florianópolis/SC) - Não querendo quebrar o protocolo e pedindo permissão à professora Neli, solicito à estagiária Lailan que faça a entrega das flores à deputada Ada De Luca.

(Procede-se à entrega das flores.) (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Não estava sabendo disso. Obrigada, querido.

Com a palavra a professora Neli Góes.

A SRA. NELI GÓES - Bom-dia a todos e todas aqui presentes.

Quero agradecer o honroso convite que nos foi feito em nome da Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros. Na verdade, a homenagem está sendo para as fundadoras e mantenedoras dessa associação histórica no nosso Estado.

É muito importante este momento aqui, na Assembléia Legislativa, e quando recebemos o convite para esta audiência pública, ficamos lembrando todos os outros momentos já vividos nesta Casa, como em outras casas de importância na nossa cidade e no nosso Estado, em que a comunidade negra, o Movimento Negro, acompanhado de todas as pessoas sensíveis à questão racial no nosso país, veio reivindicar, buscar os seus direitos.

Os direitos já existem, e estamos à espera de as leis serem cumpridas, por isso reivindicamos, por isso continuamos a vir buscar.

Eu sou professora da Universidade do Estado de Santa Catarina, e não vou falar da minha história porque ela tem muita semelhança com a história do vereador Juca e da maioria dos negros que aqui estão. Estamos vivendo no Estado brasileiro considerado o mais racista! O racismo no nosso país é institucional. Não é uma questão de origem, não é uma questão natural do ser humano, não é uma questão biológica, o racismo brasileiro é institucional.

Quando foi feita a lei da libertação, foram feitas também leis que proibiam a presença do negro nos espaços de conhecimento, nos espaços de reivindicação, nas escolas; foram criadas leis que proibiam os empresários de empregar negros. Então, há leis que continuam camufladas, mas continuam.

Em Santa Catarina foi produzida sistematicamente a invisibilidade do povo negro, que aqui tem conquistas, que aqui tem produções. Então, quando viemos para uma audiência pública no dia 20 de novembro, que é um dia de comemoração para o Movimento Negro, sim... Nós, negros brasileiros, assim como foi instituído em 1978, queremos que o dia 20 de novembro seja o Dia da Consciência Negra, que represente a luta do povo negro neste país.

Desde o momento em que os africanos aqui chegaram escravizados, começaram uma luta neste país pela liberdade e pela instituição de um Estado Democrático de Direito, porque ninguém se submete a uma situação de escravidão. Há sempre uma luta de resistência, e isso o povo negro instituiu neste país, e essa luta de resistência continua até hoje.

Em relação ao nosso Estado, quais foram as leis instituídas de ações afirmativas?! E não é por falta de reivindicação! Os documentos estão aqui. Fiz questão de trazer documentos que foram entregues a governadores deste Estado aqui na Assembléia Legislativa, fruto do Seminário de Valorização da População Negra.

Esse documento, deputada, existe na Assembléia Legislativa, e contém reivindicações que foram discutidas no 1º Seminário de Estudos de Valorização da População Negra, realizado do dia 25 a 27 de julho de 2003, em Balneário Camboriú. E foi uma luta conseguirmos que o governo do Estado financiasse esse seminário, porque para a população negra nada é financiado.

Então, nós precisamos nos reunir, precisamos trazer negros de todo o Estado. Todo o Estado de Santa Catarina tem representações negras, e nós precisamos deles para uma audiência pública. Por isso dizemos que precisa haver expansão. E aí, deputado, lógico que vamos pedir recursos, porque a população negra não tem como se mobilizar, alugar um ônibus e vir de Chapecó, de Jaraguá do Sul e ficar um dia inteiro aqui. Portanto, nós precisamos de políticas específicas para a população negra.

Essas reivindicações estão nos gabinetes da Assembléia Legislativa, estão no gabinete do nosso governador, e a ministra Matilde já esteve aqui duas vezes em audiência com o nosso governo solicitando que fosse criada uma coordenadoria, a exemplo da Secretaria de Estado de Promoção da Igualdade.

Queria registrar a nossa alegria por poder conviver aqui com esses jovens que estão vivendo a possibilidade de uma ação afirmativa, de uma política de cotas, sim. Por que se faz uma política de cotas? Para corrigir uma deficiência do Estado brasileiro. Isso não é privilégio, é cumprimento dos direitos. Os jovens brasileiros têm o direito de estar na universidade, de onde foram excluídos sistematicamente.

Não temos políticas, volto a dizer, neste Estado, de ações afirmativas para a população negra, que foi excluída até agora. O Estado de Santa Catarina está devolvendo dinheiro para o MEC, por exemplo, porque a Secretaria de Estado da Educação não consegue implementar uma ação afirmativa para jovens negros no ensino médio. E não temos mais nenhuma secretaria, não temos mais ninguém discutindo a questão dos quilombolas, dos territórios dos quilombolas no nosso Estado. Pelo contrário, há toda uma invisibilidade.

A professora Uda acabou de ler uma história, e por que aquelas pessoas nunca foram nomeadas? Porque não interessa para o Estado brasileiro dizer que negros são inteligentes, que negros produzem, que negros têm o direito de estar ocupando as chefias políticas e administrativas deste Estado.

Eu não quero me alongar, acho que passei um pouco, mas queria registrar essa angústia. Também queria dizer para o deputado, quando falava da questão dos direitos, que nós chegamos aonde chegamos à custa de muito sofrimento, de muita dor. Não foi só a questão da fome, mas também por olharem atravessados quando entrávamos numa sala ("O que essa negra está fazendo aqui?!")

Sou professora da Universidade do Estado de Santa Catarina. Meu marido, que é advogado, foi o primeiro delegado negro neste Estado. Vivi pelo interior do nosso Estado, e atravessávamos essas situações. Como professora, fui pró-reitora de assuntos comunitários, e quando chegávamos em outro Estado, diziam: você é de Santa Catarina? Lá não tem negro! E aqui, nos olhares e gestos, diziam: o que está negra está fazendo aqui?!

Fui conselheira estadual de Educação, assim como a professora Uda, e ela pode ser testemunha de que muitas vezes a gente chegava aqui, nesta Casa, e ninguém sabia quem éramos. Se dizíamos "eu estou representando...", a reação era: "Mas como?!" Então, esse sofrimento e o direito adquirido que nós temos é o que nos faz continuar nessa luta e a fazer uma fala do modo como estou fazendo. Nós não viemos aqui para comemorar. Infelizmente, nesses trinta e dois anos de luta de Zumbi, nesses anos que nós temos de consciência negra, ainda não temos o que comemorar, muito menos aqui no Estado de Santa Catarina.

Então, a nossa reivindicação é que essas questões, que já constam no documento do conselho estadual, que não funciona porque não tem apoio... Nós precisamos dizer isso. Os órgãos estão criados, e queremos apoio, queremos verbas, queremos condições efetivas, condições concretas para poder reunir o povo negro e reivindicar aquilo que ele necessita.

Agradecemos pela oportunidade, sem dúvida, mas queremos dizer, deputada, que no momento em que somos convidados para... Está sendo instalada essa comissão, essa coordenadoria, que daqui para frente vai ter verbas, recursos para percorrer o Estado, para unificar e conscientizar a nossa população negra, e eu lhe dou a certeza que esta Assembléia vai ser pequena para esse povo negro que está sedento de medidas afirmativas efetivas para sua valorização e sua inserção no Estado de Santa Catarina e no Estado brasileiro.

Muito obrigada pela sua iniciativa, e nós, da Associação de Mulheres Negras, assim como todos os negros aqui presentes, que são lutadores de longa data, estaremos à disposição para enfrentar noites, dias e madrugadas num trabalho que tenha como resultado o reconhecimento pelo Estado de Santa Catarina, através de suas autoridades constituídas, dos direitos do povo negro deste Estado.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Parabéns, professora Neli. Depois a senhora poderia me passar uma cópia da documentação? Inclusive veremos qual foi o parlamentar que assumiu o compromisso, porque acho que a gente tem que colocar as coisas nos seus devidos lugares.

(A senhora Neli Góes manifesta-se fora do microfone: "Nós entregamos o documento na solenidade em que foi instalado o Programa Antonieta de Barros para o então presidente...")

Então é hora de a gente cobrar, não é? Já faz muito tempo. É hora de a gente tirar uma comissão e eu, como deputada, me proponho a acompanhá-las até o presidente da Casa para saber em que situação se encontram as coisas. E também quero colocar aqui o meu gabinete à disposição de todos vocês, seja a qualquer dia e a qualquer hora.

Eu estava falando para a Vera - às vezes tem gente que fala demais e vira até comício, mas aqui é local de trabalho - que algumas coisas não entram na minha cabeça, e uma delas é a discriminação racial. E a Vera não entendeu. Aí eu expliquei que havia sido criada por uma negra, a Lurdes, mas que para mim era Ude - ela faleceu há três meses. Minha mãe era muito doente e fui criada por ela: eu dormia com ela, quando menstruei pela primeira vez foi ela quem soube, e eu não queria que ela contasse para a minha mãe, o primeiro beijo eu contei para ela, enfim, tudo era com ela. Então essa questão não passa na minha cabeça! Quando vejo alguns depoimentos, fico apavorada. É um horror!

Solicito à estagiária Juliana que faça a entrega de flores para a professora Neli Góes, uma pequena homenagem nossa.

(Procede-se à entrega das flores. Palmas.)

Agora, concedo a palavra à professora Valdionira Silva dos Anjos.

A SRA. VALDIONIRA SILVA DOS ANJOS - Bom-dia a todos. Saúdo a mesa, a deputada Ada, o meu querido doutor Walter, a minha querida Vera Fermiano e meu querido Mário.

Depois dessas duas feras terem falado aqui, eu não sei o que vou falar. Não sei se vocês vão gostar da minha fala, porque as duas arrombaram (palmas), mas, também, elas têm razão. E é claro que eu não vou ficar aqui para falar assim, pois a gente tem que rir um pouquinho. Vocês vão rir um pouquinho agora, vão relaxar.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - A senhora já está arrombando.

A SRA. VALDIONIRA SILVA DOS ANJOS - Que bom, obrigada.

Primeiramente eu queria agradecer e falar em nome de uma pessoa que me ajudou muito. Quando alguém diz assim: ah, estão aqui a professora Valdionira, a professora Uda, a Vera, a Rosane, a Neli, é porque a gente sempre tem alguém por traz que fica nos suportando, pois trabalhar em movimentos, trabalhar com ONGs, a gente acaba tendo sempre que fisgar um ou outro. É a professora Nadir, é a Keila, que ontem ficou a tarde inteira comigo escrevendo o meu texto, porque estou fazendo esse curso de Políticas Públicas aqui na Assembléia e tinha que prestar contas do trabalho, mas não sei trabalhar no "putador", como diz o meu marido: computador é "putador". Aí ela foi para lá, levou aquele maquinário e trabalhou adoidada. (Risos.)

Então, quero agradecer, em primeiro lugar, em memória da Tíndia. Sabem quem ela era? Era uma negra bem gorda, tia do doutor Walter da Luz. Ela não nos largava, gostava muito do meu marido e de mim. Então, quando ele estava aqui falando e citou a mãe dele, senti-me muito nervosa; ela veio na memória, porque ela chegava na minha casa e ficava, porque rezava para gente, não passávamos sem nos benzer, sem rezar, que é uma coisa muito boa de se fazer. É bom quando temos um pão para comer na mesa, mas temos que rezar. Como é bom rezar porque estamos aqui hoje!

A outra pessoa é a Filomena, mãe da Vera, também outra negra, gorda, bonita, que desfilava na Copa Lord e não nos largava. Até hoje, dentro da minha casa, lembramos dessas pessoas. Quero também agradecer pela Clotilde Lalau, uma mulher negra de Joinville, professora de Português, que quando chegava nos encontros (aos jovens que estão aqui) era sempre chamada para participar da mesa.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Foi minha professora em Criciúma.

A SRA. VALDIONIRA SILVA DOS ANJOS - Foi sua professora? Que bom.

Quero agradecer também ao seu Lalau, pois eles têm trabalhos maravilhosos e eu aprendi muito com eles; à Lélia Gonzáles, não sei se a professora Neli lembra, mas ela esteve aqui, veio do Rio de Janeiro, e trabalhava muito a discriminação, ela era doutora e com ela aprendi muito e até hoje lembro e uso muito as coisas que ela falou; à senhora Norberta Góes, mãe da professora Neli, que sofria muito conosco quando a gente estava trabalhando, ela ficava sempre perto de nós dizendo que a gente queria namorar, porque a gente falava o nome dos homens; à dona Angelina, mãe da professora Uda, para quem sempre ligávamos perguntando por ela.

Agradeço também à ex-vereadora Clair Castilho, porque não tínhamos local para nos reunir, como não temos até hoje, não temos espaço, temos que estar pedindo, é uma vergonha. Nos outros Estados não acontece isso, mas aqui em Santa Catarina somos jogados totalmente para fora, somos marginalizados de uma maneira generalizada! Então não temos local, e retirar do nosso bolso para pagarmos aluguel para a gente estar com uma ONG, isso não vai acontecer mais. Mas a vereadora Clair Castilho abria as portas, coordenado pela Vera Fermiano, elas colocaram uma parede e ficávamos lá, fazendo as reuniões, porque a gente faz barulho - negro, por natureza faz muito barulho. Negro gosta de dançar, gosta de cantar, a gente já entra cantando, já entra dançando e a gente fala alto, a gente ri... É impressionante! Mas isso é nosso, chamam-se hábitos. Não adianta, ninguém vai tirar isso da gente, não é escândalo, nem é falta de educação, mas é uma maneira de a gente sobreviver. E aí ela suportava a gente lá. Obrigada, Clair Castilho, por ter feito isso.

Gostaria de agradecer também à minha irmã Zulma Silva Romão, já falecida, que colaborou muito, pois às vezes a gente não tinha dinheiro e ela nos ajudava para viajarmos, ela fazia um monte de coisa; sobre a dona Angelina Veloso eu já falei; agradeço à Geruse Maria Romão, minha sobrinha, não está presente hoje, mas colaborou muito também com o nosso trabalho; ao vereador Márcio de Souza, que também não está aqui, mas colabora muito com o trabalho da gente, quando a gente necessita; e agradeço a todos vocês, principalmente a esse grupo jovem; a todos os jovens, brancos, negros e brancas, porque sem vocês não vamos conseguir fazer trabalho nenhum. Nós necessitamos de unicidade!

Vejam que interessante: quando preciso fazer um jantar, eu vou oferecer o convite só para o negro? Não! Eu vou oferecer o convite para todos, e todo mundo vai! Imaginemos quando a gente tem um bloco para desfilar na praça, a gente vai vender a camiseta só para o negro? Não! Vamos vender para o negro e para o branco. Eu sempre tive essa teoria comigo: eu preciso de todos! E, felizmente, tenho todos comigo, tenho brancos e tenho negros.

Gostaria de falar uma coisa neste dia tão importante - e eu vinha pensando que se a gente tem uma pilharada de livro, se a gente lê, lê, lê, se fosse para chegar aqui a gente falaria demais. Então, eu pensei o seguinte: hoje é o Dia Nacional da Consciência Negra. Tudo bem, eu sou negra e tenho que ter consciência, mas e quem tem o poder na mão? Este tem que ter consciência em primeiro lugar, porque não adianta nada eu me organizar, fazer um belo projeto - nós temos projetista, temos doutoras negras que fazem projetos maravilhosos -, porque quando eu chego lá na frente... Eu já sou marginalizada, mesmo! Não adianta dizer que não somos, porque nós somos marginalizados! Se eu chegar lá com um projeto junto com o de um branco, o branco vai ganhar muito mais dinheiro do que eu, eu não vou conseguir tirar aquele dinheiro, porque eu sou marginalizada. Para que eu vou querer esse dinheiro se eu sou negra? Será que eu quero aquele dinheiro para fazer aquilo mesmo que eu estou dizendo?

E aí o que acontece? A Associação tem projeto, banca tudo sozinha, compra todo o material, dá os cursos, a Associação trabalha... E no meu caso eu desenvolvo o trabalho de fuxico. Todos sabem o que é fuxico? É fofoca? (Risos.) Para quem não sabe, fuxico é um trabalho manual que as negras faziam nas senzalas, elas aproveitavam o momento para estar longe, para os negros fugirem - dificilmente elas fugiam -, porque eles tinham que dar no pé para irem lá nos quilombos fazer o que eles podiam, e elas começavam a tecer, que é um *patchwork*.

Esse é um trabalho nosso e eu tenho muito orgulho em dizer, porque eu não gosto que roubem as nossas culturas, eu fico em cima mesmo. Quando dizem que o boi-de-mamão é do açoriano, eu fico louca. Bom, se o boi-de-mamão é do açoriano, por que quando eles vêm apresentar o boi-de-mamão lá do Nordeste eles se pintam de preto? Por que não ficam com a cara branca? Eu fico brigando o tempo todo, e brigo mesmo.

Gente, hoje, para se fazer fuxico de uma maneira mais moderna, você precisa de muito material, e sai tudo das nossas costas, da dona Uda, da dona Neli, da dona Nadir, da dona Rosane, fora a mão-de-obra. Só que eu estou muito, muito feliz, porque com tudo isso a gente está com uma comunidade enorme trabalhando, um vai passando para o outro. Quando uma diz pra mim que está fazendo fuxico, eu dou mil pulos, porque é uma maneira de se ganhar dinheiro. Nós não podemos estar aqui nesta audiência pública, muito bonita, falando, ganhando flores, daqui a pouco a gente se abraça, e esquecer que o mais importante é a gente ter uma maneira de sobreviver, o dinheiro tem que existir.

Então, o que eu digo para os meus filhos e para todo mundo? Vão fazer docinho para vender, vão fazer salgadinho para vender, vão fazer fuxico para vender, vão dar aula particular. Tudo isso eu já fiz na minha vida, gente, e estou aqui!

Eu gostaria de deixar uma mensagem e que esta fosse de reconhecimento, até pela consciência: ser negro é maravilhoso, ser branco é maravilhoso, ser japonês é maravilhoso, mas eu sou negra, graças a Deus, e vocês são brancos, graças a Deus. O que a gente observa muito hoje em dia é que todo mundo está angustiado, e a causa é a violência. Não se consegue banir, não se consegue fazer com que termine essa coisa na nossa vida; nós temos que viver prevenidos.

Então um dia eu estava passando na minha rua para chegar em casa e duas crianças estavam subindo, uma mais em cima e a outra estava mais embaixo. Eu estava perto daquela criança que estava mais embaixo, e no que eu vou subindo, a criança que estava mais acima fez esse gesto (*mostra o sinal que a criança fez*) e eu levei um susto e pensei: será que essa criança tem alguma arma? Eu queria recuar, mas não fiz, cheguei perto de uma delas e disse: "Por que você fez assim? Será que não é melhor a gente fazer uma coisa diferente, será que não seria melhor você dar um abraço nele? Ele não é seu amiguinho?" Aí ele disse assim: "Como, se eu nunca ganhei um abraço de ninguém?" Aí eu dei um abraço nele. Naquele momento o outro também me deu uma lição, ele disse que também queria um abraço. Nós nos abraçamos e eu achei isso muito importante.

Por causa disso eu vou dar um abraço na primeira companheira que está aqui e espero que vocês todos se abracem; que seja passado para todo o Brasil como um abraço do negro pela consciência negra. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - O estagiário Rafael vai fazer uma homenagem à professora Valdionira entregando-lhe flores.

(*O estagiário Rafael entrega flores à professora Valdionira Silva dos Anjos. Palmas.*)

A partir deste momento deixamos a palavra aberta para quem quiser fazer sua manifestação, com um tempo de até três minutos. As inscrições serão feitas com a servidora da Comissão, a doutora Laura. Esta audiência está sendo taquigrafada e gravada e depois ficará tudo ali, direitinho, e a própria Comissão vai fazer um relatório depois, e se alguém tiver interesse é só solicitar.

Eu gostaria de aproveitar o momento para reforçar o convite para que todas compareçam à 1ª Jornada Maria da Penha - vocês sabem que a luta para acabar com a violência contra a mulher é feita com muito sacrifício e é diária. E nós vamos realizar aqui um fato inédito, que é trazer a Maria da Penha, "ao vivo e a cores", para participar da jornada. É um evento que principalmente as mulheres não deveriam perder - e os homens também, claro, porque eles têm muito o que aprender. Eu gostaria que vocês convidassem mais amigos e amigas para participar, porque é uma oportunidade inédita. Não sei quando conseguiremos novamente realizar esse feito de trazê-la aqui, porque foram onze meses de luta para que conseguíssemos confirmar sua presença, já que ela é cadeirante, tem um monte de problemas e sua agenda dela, tanto a nacional quanto a internacional, já está fechada para não sei quantos anos.

Então, a gente ter conseguido essa data de 1º de dezembro em sua agenda foi um presente de Deus, por isso eu gostaria que vocês todos comparecessem e levassem mais pessoas, porque a mulher catarinense também tem que fazer bonito, como as de todos os outros Estados já fizeram. Obrigada.

Agora passamos a palavra à primeira inscrita, senhora Rosane Francisca Nunes da Silva,

A SRA. ROSANE FRANCISCA NUNES DA SILVA - Bom-dia. Eu gostaria de cumprimentar a mesa, agradecer à deputada por ter proporcionado este momento e cumprimentar todos da minha raça. É uma grande satisfação a gente poder se encontrar para sentir essa energia que foi passada há pouco, através dos abraços da dona Valdionira (*risos*), que é um mito, que é um ícone, que é tudo de bom, que é uma mãe para a nossa raça, que é uma pessoa forte e de quem nos lembramos sempre que precisamos.

Eu faço minhas as palavras de todos, tanto da Valdionira quanto da dona Uda, da Neli, do professor Walter, mas gostaria de dizer que a nossa raça é muito alegre e muito feliz. E continuando a história da dona Uda, para quem não sabe, o negro inventou muito mais, e ainda vai continuar inventando, porque vocês, aqui, têm o mundo todo e uma imensa capacidade para continuar criando.

Só para vocês terem uma idéia do porquê a gente é tão feliz, é tão alegre... O samba, o tango, o rock, o jazz, o mambo, o blues e mais uma imensidão... Hoje em dia, essa dança linda e maravilhosa dos meninos, o hip-hop! Qual é a outra? Essas danças maravilhosas, vocês estão criando agora! Então, isso tudo é criação, gente! Eu, quando tinha a idade de vocês, pensava: meu Deus, o mundo está pronto, não precisa de mais nada. Aí eu comecei a entender que não é assim, que tudo precisa ser feito e refeito. Às vezes muita coisa está pronta mas está obsoleta, então nós temos que fazer a continuação. Vocês têm que continuar, porque se vocês não continuarem, acaba. Uma das coisas que eu gostaria de falar era isso, a importância da continuação.

Outra coisa maravilhosa, e que eles gostam muito de dizer pra gente: lugar de negro é na cozinha. Claro que é na cozinha, sim! Porque fazemos coisas maravilhosas, como a feijoada, o acarajé, o vatapá, o angu, a canjica, o mocotó, enfim, tudo de maravilhoso que a gente é capaz de inventar e de criar! Fomos nós! Fomos nós! A gente é capaz em todos os setores, pessoal, não tenham medo, não tenham vergonha, porque tudo, tudo nos foi dado. E a gente tem a capacidade, sim, de transformar.

Nós estamos em uma eterna metamorfose e a minha mãe sempre dizia: aprendam comigo enquanto eu estou viva, porque depois que eu morrer vocês vão me reverenciar fazendo aquilo que eu ensinei - e hoje eu tenho certeza que isso é verdade. A coisa da qual eu tenho mais orgulho é quando eu refaço, é quando eu ensino, é quando eu consigo mostrar para as outras pessoas aquilo que o meu pai, que a minha mãe e que as grandes pessoas, como a nossa Valdionira, a Uda, a Neli e todas essas pessoas maravilhosas que estão aqui, nos ensinaram e continuam nos ensinando. Hoje vocês aprendem conosco, mas amanhã vocês vão ensinar.

Eu sempre digo: aos 4 anos eu já estava nos palanques políticos, de mãos dadas com o meu pai e com o governador... aquele negro maravilhoso do Rio Grande do Sul, que agora eu esqueci o nome!

(*Manifestação fora do microfone: "Alceu Colares".*)

Alceu Colares. Não! O outro, o primeirão, aquele que foi deputado também. Eu acho que é a idade que chegou! (*Risos.*) Eu não queria confessar, mas chegou! Eu esqueci o nome dele!

(*Manifestações fora do microfone. Ininteligível.*)

Não, é um negro. Ele foi deputado, também foi governador, foi presidente da Assembléia; ele vinha, eu tinha 4 anos e o meu pai...

(*O senhor vereador Walter da Luz manifesta-se fora do microfone: "Carlos Santos".*)

Carlos Santos! Obrigada, doutor Walter! E eu, com 4 anos, já estava nos palanques políticos, de mãos dadas com o meu pai e com o Carlos Santos, eu lembro muito bem disso. Eu sempre digo que sou uma mulher muito enxerida, muito metida, porque eu, com 4 anos, era muito companheira do meu pai, e tenho certeza que eu sou uma das poucas mulheres na terra que freqüentaram uma reunião que era só de homens. Era dentro da igreja, eram os vicentinos. Eu era tão enxerida que ia com o meu pai, mas quando a gente é pequena e preta nunca é considerada, é invisível, então uma negrinha a mais ou a menos não tem importância. E lembro perfeitamente das coisas que ouvi e aprendi com eles e em muitos outros lugares onde era considerada invisível porque eu era negra: ah, deixa essa negrinha entrar - e a negrinha entrava. E hoje muita gente não suporta esta negrinha aqui, porque a negrinha ficou insuportável.

Então é muito bom, pessoal, a gente não ter vergonha, gostar de ir aos lugares, freqüentar os locais, porque a gente aprende, temos um cérebro privilegiado, uma capacidade e competência inigualáveis! Quando chegamos a uma Assembléia Legislativa como esta, é porque estamos quilômetros e quilômetros à frente de muita gente, senão não estaríamos aqui. Estaríamos lá no morro, na favela, até mesmo no cemitério, porque essa "coisa" não presta e tem mais é que matar.

Então, a gente tem um grande cabedal e digo a vocês: tenham orgulho e não tenham vergonha, pois ser negro é a coisa mais linda que tem. É sofrido, meu Deus do céu, eu que o diga, mas é porque somos tudo isso. Parabéns pelo nosso dia! Repito: não tenham vergonha, não tenham medo e se orgulhem sempre quando forem chamados de negro. Eu costumo dizer: sou negra, mas não sou feijão para matar a tua fome. Tu não gostas de negro, mas para matar a fome tu tens que comer feijão, que é preto, é forte e sustenta.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Com a palavra a senhorita Ana Júlia Rodrigues.

A SRA. ANA JÚLIA RODRIGUES - Quero saudar a mesa, no nome da Vera, representando os negros e as negras, e em seu nome os demais integrantes da mesa. Saudar o Walter, o Mário, o representante da OAB, todos os negros e as negras aqui presentes, principalmente a professora - eu também sou professora da rede estadual e é um orgulho ouvir a senhora, e ficamos sonhando: ah, que bom seria se tivéssemos em cada escola uma professora com a sua coragem.

Walter, eu sou do Rio Grande do Sul, nasci em Santa Maria, estudei lá na universidade, mas não torci nunca pelo "coloradinho", porque sou gremista. Então é impossível torcer pelo Colorado, mesmo sendo o Internacional de Santa Maria. Mas o Mário trouxe alguns dados com os quais concordamos. Hoje é um dia de luta e continua sendo um dia de reivindicações.

Eu gostaria que o deputado Venzon estivesse aqui, porque tem uma frase do Nelson Mandela que diz: "Ninguém nasce racista." Isso é, para mim, um lema, porque nós aprendemos com a sociedade a nos tornarmos racistas; isso não está no nosso sangue.

Estamos em pleno século 21, com 119 anos de abolição, mas os negros continuam oprimidos. E quando se fala que direito se conquista, há tanto tempo de luta. E são dados colocados pelo IBGE, pelo Dieese, pela Organização dos Estados Ibero-americanos, que demonstram que a população negra ainda enfrenta problemas de desigualdade social, como desemprego, dificuldade de acesso à escola, violência, menor grau de escolaridade, renda inferior e o rendimento médio é equivalente à metade do recebido por parcela da população branca. Nós lutamos por direitos iguais para todos!

Olhando para mim, as pessoas podem dizer que não sou negra, mas o meu bisavô era neto de escravo. Nós, negros, somos a maioria da população, mas não temos acesso à maioria dos direitos, porque eles não estão ao nosso alcance. A minoria da população, a parcela branca, "europeizada", tem esse acesso, por quê? Alguns negros tiveram acesso à universidade, alguns tiveram essa chance, como o Walter, mas a grande maioria não teve esses mesmos direitos.

Hoje nós temos a política de cotas, defendemos a política de cotas, mas também queremos a permanência, pois não adianta dar o acesso se os nossos jovens também não tiverem a permanência nas universidades; não tiverem a continuidade nos seus estudos. Dá o acesso e depois, como é que ele se mantém na universidade? Hoje ele chega na metade do 2º grau e tem que parar de estudar para trabalhar.

Os dados da pesquisa do IBGE são relevantes e um deles revela que a baixa renda das famílias obriga boa parte desses jovens a procurar o mercado do trabalho, muitas vezes informal - o que acontece na maioria das vezes.

Quando se fala em violência, muitos dos brancos colocam os negros como os responsáveis pela violência, mas quem mais sofre a violência, pelos dados dessa pesquisa, são os negros: 71,2% das mortes são de jovens negros, e isso não acontece somente nos outros Estados, mas na Grande Florianópolis também, e muito!

Uma outra forma de violência que podemos citar são os meios de comunicação, os livros escolares retratam negros e negras estereotipados como subalternos, como escravos, sem famílias, como trabalhadores sem qualificação. Algumas novelas tentam amenizar, mas na forma deles e não pela forma de pensar de um negro - é de uma forma branca e discriminatória.

Hoje, dia 20, como Central Única dos Trabalhadores, que representa não um partido político, mas os partidos de esquerda que estão na luta por direitos iguais para todos, queremos dizer que somos diferentes, mas queremos direitos iguais para todos: salário, moradia, educação, saúde, que são os direitos para todos os cidadãos brasileiros.

Então hoje, como um dia de luta dos negros e das negras, temos a inclusão no mercado de trabalho dos trabalhadores negros e das trabalhadoras negras; a titulação das terras dos quilombolas... E a professora ressaltou muito bem na sua fala, pois pode parecer que é um problema dos negros de lá, então vamos deixar que eles resolvam, mas há o problema do MST, das pessoas que não têm terra, mas também temos as terras que possuem donos, que são as terras dos negros e as terras dos índios, que têm donos mas os brancos pegaram, e agora há essa briga para devolver.

Outros pontos de luta são a democratização do acesso dessa juventude à universidade pública e gratuita e a permanência deles; a aprovação do estatuto da igualdade racial; a melhor distribuição de renda; o acesso à saúde, à educação, à cultura e ao lazer, que também temos direito; o respeito às religiões de matrizes africanas; contra o racismo, o machismo e a homofobia.

Esses são os princípios da CUT e que defendemos. Temos uma comissão contra a discriminação racial, e a professora citou o Lalau - ele participava, mas como voltou para o local de trabalho, não participa mais, mas há outros grupos e outras mulheres negras participando, enfim, a CUT está presente no cotidiano dessas lutas.

Nós agradecemos pela oportunidade e um axé para todos nós. (Palmas.)

A SRA. COORDENADORA (VERA FERMIANO) - Pediram que eu fizesse a coordenação da mesa, então gostaria de pedir que respeitassem o tempo de três minutos. Eu sei que as pessoas, quando oralizam seus pensamentos, isso vai saindo aos borbotões, mas pediria que respeitassem o tempo para que todos os inscritos pudessem falar. Está certo? Fica muito chato ficar dizendo que acabou o tempo.

Agora passamos a palavra ao próximo inscrito, Jean Fábio Nascimento.

O SR. JEAN FÁBIO NASCIMENTO - Primeiramente gostaria de dar um bom-dia a todos, à Vera, ao doutor Walter, e dizer que hoje é um dia de luta e não um dia de festa.

Várias autoridades passaram por aqui com discursos românticos e saíram fora. Isso não me serve! Como a professora Neli falou, isso aqui era para estar cheio, só que a gurizadilha hoje está dormindo, eles trabalharam a noite toda na laje, no tráfico. Alguns foram para a aula, outros foram trabalhar, para depois voltar à noite, estudar e tentar entrar no vestibular (sic).

A cota não é privilégio. Privilégio foram aqueles que vieram aqui, os imigrantes, e ganharam terras, que eram para ser nossas depois de um trabalho de trezentos anos de escravidão. Então o sistema de cotas não é privilégio. Privilégio foi daqueles que vieram aqui e ganharam as terras.

Doutor Walter, sei a história do senhor como jogador, mas não sei se jogou com o meu tio, o Ari Prudente. Acho que hoje o esporte é tudo, assim como é a educação. Só que hoje a gente sabe o quanto se apropriam do que é nosso, da nossa cultura. Antigamente, no tempo dos senhores, eles pegavam a molecada que jogar bola, a molecada que jogava na terra, no chão. Hoje o senhor sabe que não é mais assim; hoje eles elitizaram. Até aquilo que era uma porta de acesso para os nossos jovens negros, eles conseguiram elitizar, através de peneiras. Os negros que serão jogadores de futebol, serão os filhos daqueles negros que conseguiram entrar na peneira, porque os seus pais já são jogadores de futebol.

Foi falado aqui que dos 72% dos jovens negros, a maioria é morta... Eu não preciso saber dos 72%, eu quero saber dos quinze amigos, vinte amigos meus que já morreram. Já é o bastante para eu estar na luta!

A deputada foi criada por uma negra, como vários outros filhos, que tiveram negras como suas amas-de-leite. Várias negras deixaram de criar seus filhos para criar os filhos dos brancos. Essa é uma verdade, a gente sabe que é uma verdade!

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Você sabe por que eu falei isso? Quando se fala em discriminação, eu não sei muito desse sentimento.

O SR. JEAN FÁBIO NASCIMENTO - Em Santa Catarina tem um problema, deputada: não tem uma secretaria de promoção da igualdade racial, com 36 secretarias existentes, porque dizem que aqui não tem racismo. Por isso não precisa de uma secretaria de promoção da igualdade racial. Esse é o discurso que se tem. Das 36 secretarias, se não tem uma secretaria de promoção da igualdade racial, é porque dizem que não existe racismo aqui. Só que num Estado onde pintaram a Nossa Senhora Aparecida de branco, num Estado onde a loira pode ser a rainha do Carnaval e a negra não pode ser a rainha da Oktoberfest, dizer que não há racismo é difícil, é bem difícil! (Palmas.)

Como eu disse, vários deputados vieram aqui, deram... Eu estou aqui e é triste ver que esse plenarinho não está cheio. Eu sou um dos poucos que teve o privilégio de estar trabalhando aqui hoje - não sei por quanto tempo eu vou ficar aqui, mas eu tive o privilégio de não estar na laje junto com os garotos, de repente segurando uma arma, vendendo para se sustentar, para sustentar a família. Então, hoje é um dia de luta e todos devem continuar nessa luta.

A televisão é uma das coisas que os nossos jovens deveriam assimilar diferente, porque a luta dos negros antigos era maior, era mais ferrenha, porque a mídia não tomava o que é nosso, como toma hoje. Hoje a gente sabe que somos nós que produzimos, vereador! A burguesia não produz nada, a burguesia só se apropria; ela se apropria do nosso Carnaval, hoje está se apropriando do nosso futebol - muito antigamente alguns times não deixavam o negro jogar, mas depois que os negros começaram a jogar, eles começaram a ganhar dinheiro, e eles querem tomar conta de novo. Como também se apropriaram do nosso samba e adaptaram para o pagode, e assim vai.

É pena saber que daqui a um tempo os negros, dentro das escolas de samba, vão empurrar só carros alegóricos, pois nem a ala da comunidade vai ter mais. Mas quando a gente quer se fechar na nossa cultura, eles nos chamam de racistas. Se nós, negros, não deixarmos uma loira ser rainha do Carnaval, nós somos racistas. Agora, nunca vamos deixar uma negra ser a rainha da Oktoberfest ou a Garota Verão, da RBS.

Acho que isso daqui não é um dia de festa, não. Quando disse consciência, é consciência de saber que tu és negro - eu também demorei pra saber que eu era negro. E negro não é olhar e ver a minha cor no espelho, negro é saber da minha raça, é lutar por aquilo que a gente quer, entendeu?!

Obrigado. (Palmas.)

A SRA. COORDENADORA (Vera Fermiano) - Passo a palavra ao professor Valmir Ari Brito.

O SR. VALMIR ARI BRITO - Bom-dia a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar a mesa, o doutor Walter, a deputada, a grande guerreira Vera, o representante da OAB e o Mário.

Nós, da comunidade negra, devemos sempre reverenciar a figura da mulher, porque se estamos aqui hoje devemos a dois fatores fundamentais da nossa cultura, que foram os quilombos e as religiões de matriz africana, principalmente candomblé.

Sou formado em Educação Física, com mestrado em educação, e escrevi uma dissertação sobre capoeira. Agora estou fazendo doutorado, futuramente serei doutor em educação de trabalho com a capoeira - da capoeira que foi feita pelo mestre Moraes, que fala sobre o dia 13 de maio e sobre o dia 20 de novembro, fazendo uma discussão, uma analogia de que a história que nos é passada nas escolas é de dominantes. E a LDB (1993, 1994 e 1996) fala, em seu primeiro artigo, que educação não é somente nas escolas, é nos sindicatos, é nos terreiros, é nos grupos de capoeira. Então, vou cantar uma música que fala sobre essa questão do dia 20 de novembro em homenagem ao Zumbi.

E para quem não conhece, este é o berimbau, instrumento utilizado para dialogarmos com os eguns, que são nossos parentes, antepassados que já fizeram passagem. Tem um cerimonial secreto, em Cuba, em que ele é utilizado para nos comunicarmos com os que já se foram. Porque na cultura africana ninguém morre, a pessoa só morre quando se deixa de falar no nome dela. Então, não existe morte na cultura africana. Portanto, sempre se procura falar nos que já passaram.

Gostaria de pedir para vocês, quando eu bater o caxixi, que me acompanhem com uma palma só.
(*Procede-se à apresentação musical.*)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Com a palavra Daiane Beatriz Manoel, por três minutos.

A SRTA. DAIANE BEATRIZ MANOEL - Bom-dia a todos e a todas.

Todo o conhecimento passado hoje foi muito válido, mesmo com tantas opiniões diferentes, mas isso vale muito para a gente construir a sociedade de hoje.

Quero falar de uma pessoa que não está presente hoje, mas é uma grande batalhadora de tudo o que vem acontecendo na Assembléia e em outros movimentos também, que é a Marilú. Mas é uma vitória ela não estar aqui também, porque a gente lutou muito para ela parar para fazer a cirurgia - pena é a data que não conciliou bem, mas é bom para a saúde dela e a gente tem que ficar contente com isso.

Uma pessoa que lembro quando pequena é da Vera. Naquele tempo ela pegava as mulheres, botava no ônibus e ia para a luta, para os Movimentos. Como eu era muito pequena não sabia o que era, mas hoje vejo o fruto desse trabalho, que já vem de vários anos e é um exemplo para todos. O doutor Juca também, que estudou no Educandário - o meu pai também estudou lá, e não pôde estar aqui hoje acho que porque não conciliou a data.

Essa história do negro, hoje a gente está aqui e tudo temos que fazer em dobro. Quando eu ia no serviço da minha mãe, ainda pequena, a filha da patroa dela já dizia que eu ia trabalhar para ela como babá! A história do negro foi sempre assim. Desde pequena quando visitávamos o trabalho das nossas mães, elas já imaginavam que a gente ia ser os próximos trabalhadores daquela casa. Hoje em dia para a gente estudar e fazer com que essa história mude é com propostas afirmativas dessas políticas - e temos que reivindicar, sim! Não é um privilégio, é uma gratificação por tudo o que a gente já passou.

Então, hoje a gente está aqui na Assembléia como estagiários e tem que fazer isso, como o Mário que já saiu e outros que vão vir também. Isso tem que ser levado adiante e tem que ser visto como forma de crescer, como ir para outros Estados, outras cidades. Essas ações afirmativas não têm que parar por aqui - nem achar que, coitadinhos, são negros a gente vai fazer isso por eles! Não é não, é uma conquista, é uma batalha!

Para não me estender, não passar dos três minutos, eu gostaria de agradecer por este dia, o Dia da Consciência, que infelizmente não é um dia de comemorar, mas de lutar mais por essa batalha. Todos que falaram hoje sabem que não parou por aqui, que além de 300 anos vão vir outros anos ainda pela frente para a gente lutar cada vez mais.

Quero agradecer a todos que estão aqui, os negros e os brancos, porque isso é união, a igualdade é que faz a força.
(*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Com a palavra a senhora Nadir Azevedo de Abreu Marques.

A SRA. NADIR AZEVEDO DE ABREU MARQUES - Se eu passar de três minutos não me corte, porque hoje não é dia de preconceito nem de discriminação. Quem tiver com fome, depois coloque uma colher a mais. Desculpe, mas hoje eu estou muito triste. À meia noite eu estava no computador vendo passar para o dia 20. Desculpe a brincadeira, mas é verdadeira.

Bom-dia a mesa e bom-dia a todos. É com muita alegria que a gente vê essa juventude - apesar de ter um filho só, mas todos eles são meus filhos adotivos. Por que falar isso? Quero agradecer as minhas amigas, colegas de profissão o que falaram.

É muito pouco três minutos ou 24 horas no dia 20 de novembro. É muito triste lembrar que nesta Casa, aqui em cima, nós temos o auditório Antonieta de Barros. Por que não, deputada, aquela mulher? Por que não? Por que esquecida? Não é um espaço tão pequeno, maior do que esse daqui, mas é pequeno para uma mulher negra. Como nós já sofremos neste País! Gente, não é isso que nós precisamos. Nós precisamos é de políticas afirmativas. Quando vemos esses alunos, é o mínimo que nós podemos ter, é uma gota no oceano, nesse mar em Florianópolis, por que não do Brasil!

Gente, lembrar da Marilú, como a Daiane já lembrou; lembrar da Vanda, aquela que perdeu o seu esposo tempos atrás e que hoje anda com o seu filho; lembrar de Altair Felipe. Por que não lembrar da Lurdinha? Lembrar das nossas escolas hoje, não para ter um feriado, mas para nós estarmos na rua lutando por uma consciência. É muito triste.

A deputada diz que foi criada por uma negra. Eu fui criada por uma branca que era a minha mãe e pelo meu pai que era negro e sempre foi respeitado. Sempre fui discriminada, porque era filha de um negro. Num espaço branco eu era acolhida porque tinha uma pele maravilhosa sem ir à praia, mas não era isso que a minha mãe queria, não era isso que o meu pai queria. Não estou discriminando quem casa com uma branca nem com um negro. O amor vem do coração, aquilo que bate na primeira vez.

Mas voltando para o meu escrito, obrigada dona Uda pela sua fala. Eu sei o que a senhora representa no meu espaço, naquele espaço lá em cima no morro em que as pessoas só vão para pedir voto. É muito triste. A gente sabe, tenho aqui alguns alunos de quando lá passei. Lá é terra de gente, é terra de amor, lá é onde se faz educação.

É muito triste quando nós chegamos a algum lugar, em algum espaço, como na orquestra da comunidade de Florianópolis, que quando o branco chegava, vem aqui meu amor; e quando o negro passava, ele passava. Quando o branco corre, ele é um atleta; quando o negro corre, ele está correndo da polícia. É muito triste! Eu sei que vou morrer, não sei quando, mas os nossos negros vão viver correndo.

Meus filhos, aproveitem o seu tempo. Não tem idade para estudar, não tem idade para vencer. Mesmo que um dia os seus pais estejam em outro espaço, mas honrem a educação, procurem cada dia tirar um daquela vida. Às vezes não posso falar, porque sou sempre discriminada, mas eu estou jogando a minha sementinha. Aquilo que eu quero no meu lar, eu quero para vocês.

Senhora deputada, aquele espaço que nós não abrimos para as nossas escolas - agora falo no aluno branco, no pobre, no índio, no negro que fica lá. Ela só é bonitinha quando está assim; o nosso negro quando tem aqueles lábios, porque todo mundo quer beijar (*sic*).

Nós precisamos de verbas para as nossas escolas, para trabalharmos as nossas datas. Nós precisamos de um ginásio de esportes para essa juventude, para aqueles que estão chegando praticarem o seu esporte, terem as suas danças.

Nós não queremos esmola. Esmola por quê? Todos os dias, todos os meses, o nosso imposto vem descontado. Nós não falamos que este mês temos que pagar aluguel, pagar a conta de luz? Por que não o telefone? Por que não ADCL para o nosso computador? Já vem descontado, a barriga ronca. Por que não, senhora deputada (que está representando os 39 deputados desta Casa, os nossos deputados federais, a nossa senadora e tantos outros), fazermos uma visita nas nossas unidades escolares, ver se em todas as escolas há um ginásio de esportes? Em dia de educação física, ficam na sala de aula. O aluno é indisciplinado? Oh, que pena! Não, eles querem jogar, eles querem brincar. Esses alunos que às vezes passam todos os dias, vinte, trinta, quarenta em cada aula, amanhã ou depois não gostarão de dizer que estão assaltando e roubando. Essas pessoas precisam de espaço, senhora deputada!

Nós temos a Ana Paula Lima, temos a deputada Odete de Jesus, ou a senhora mesmo, por que não fazermos fileiras, fazermos correntes - e correntes com força! Não vamos deixar mais um jovem nosso... o padre Wilson indo lá para celebrar enterro! É muito triste! Vamos à maternidade levar enxovais! Vamos fazer tricô, fazer croché, fuxico! Por que não?

Ah, nós somos ricos, nós temos cabeça, nós temos dinheiro. Não adianta outro Estado vir aqui (porque sou paulista e já estou aqui há quase trinta anos) dizer que Santa Catarina é rica. Santa Catarina está na margem da violência - São José, Florianópolis, Palhoça. É muito triste. Por que não vamos segurar esses jovens em sala de aula? Vamos dar tudo de melhor para eles, e não às vezes uma merenda, ou aquela coisa só em dias de festa! Nós precisamos comer todos os 365 dias.

Desculpem o que estou falando, mas eu não posso omitir aquilo que vejo! Tenho 63 anos, como diz o outro, estudo de manhã, de tarde e de noite, faço a minha faculdade, faço meus cursos. Outro dia uma colega aqui da Casa disse assim: "No fim do ano a senhora vai ser *hors-concours*. Não me interessa isso, não quero ser *hors-concours*". Na hora de escrever, tem que medir as palavras. Chega de ditadura! Eu já passei pela ditadura! Tenho marcas no meu pé, no meu braço! Eu sou da ditadura! Não vamos deixar essas belezas, ou outros que estão em outro espaço. Por que não termos um feriado hoje, repito, para nós estarmos juntos curtindo este dia, formando cidadãos do bem?

Não sei mais o que falar. Quero que Deus abençoe este espaço, esta cidade, este Estado, o nosso Brasil e, por que não, o mundo. É muito triste. Que Deus abençoe a todos. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Antes de eu passar a palavra para a última inscrita, que é a professora Uda...

(A senhora Uda Gonzaga manifesta-se fora do microfone: "Era só para agradecer à Marilú, essa guerreira, por tudo isso. Nós já tivemos três agradecimentos maravilhosos, do professor, da senhora Nadir e da Eliane. Pedimos ao Mário que leve à Marilú o nosso eterno agradecimento.") (Palmas.)

Eu gostaria de esclarecer, porque talvez eu não tenha sido bem compreendida, porque três pessoas citaram que "a deputada falou isso".

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

Eu gosto das coisas muito certas. Quero avisar para todos vocês, em primeiro lugar, que não tenho um ano de eleita. Então, talvez na reeleição vocês possam me cobrar muita coisa - ou eu queria que não me cobrassem nada, porque o melhor é poder cumprir com o que eu falo. Eu sempre digo: político não é obrigado a prometer, mas se promete é obrigado a cumprir.

Em segundo lugar, 99% dos que estão aqui não conhecem a minha história. Falando da... que não foi minha ama-de-leite, era vizinha nossa e, por ser vizinha, eu tinha um carinho todo especial - fui filha única por sete anos, e foi ela quem me criou até o dia do meu casamento. Quando eu casei, ela chorava. A minha menina tem dezoito anos, ela dizia, não pode casar. O pai dela está maluco, a mãe está maluca deixando.

Então, eu não sei o que é discriminação, porque ao lado da minha casa ela morava com a sua família - e praticamente eu dormia mais na casa dela do que na minha. Sabe quando uma mãe faz um enxoval, borda uma toalha, faz um croché? Era isso o que ela fazia no meu enxoval - muito mais do que minha mãe, que não tinha prenda doméstica nenhuma e não tem até hoje.

Eu não sei quando falam em discriminação. Quando disseram, agora, que pintaram a Nossa Senhora Aparecida de branco, eu entrei em estado de choque. Claro, por não ter essa discriminação, talvez eu até me preocupe pouco com a discriminação. Então, eu quero que vocês conheçam a minha essência - por isso estou falando, precisava falar.

Quando a Nadir falou que é da época da ditadura, eu quero dizer que fui presa cinco vezes. Eu tive um pai cassado pelo AI - que nem era o AI-1 -, que ficou oito meses preso, quatro meses incomunicável, era deputado, sem ver a luz do sol. Eu era filha mais velha e ele filho único.

Então, cada um tem a sua história e suas razões para as suas lutas. Talvez quem me olhe assim, ache: não, é uma dondoca, é uma boneca. Não é! Cada um tem que ser respeitado como é. Muitos aqui não me conhecem, nunca leram a minha história, talvez não conheçam a minha essência. Por isso eu estou falando essas palavras para vocês. Nem é praxe em uma audiência pública a gente fazer isso, mas quero falar porque é uma oportunidade de eu conhecer vocês, como estou conhecendo agora, através dos seus depoimentos, e vocês também de me conhecerem. A Vera já me conhece há mais tempo em função de várias lutas que nós já tivemos há muitos anos contra a discriminação da mulher.

A minha luta contra a discriminação da mulher já é de novinha, de criança, porque o meu pai sempre me deu muito respaldo para isso. Meu pai dava muita força para a mulher, ele sempre acreditou muito na mulher. Então, eu tenho essa luta desde nova, desde os bancos escolares. Quando falo em bancos escolares, não é em universitários (eu também fui da época boa da UNE, também participei de todos os movimentos), estou falando de ginásio, primário, tudo.

E quando eu luto por isso, como agora, nessa Jornada Maria da Penha... Gente, só um dadozinho, porque depois eu vou largar essa estatística para a imprensa, para vocês verem como a

luta é violenta também e é discriminatória principalmente para as moças que estão aqui. Nós já estamos mais no cabo da boa esperança: a gente luta para que as nossas filhas não sofram, nem as nossas netas. Mas morrem mais mulheres no mundo - isso é da OEA - por agressão doméstica do que de câncer e em acidentes de trânsito. Esse é só um dado que eu tenho, há vários outros que não memorizei, porque peguei ontem isso - mandaram-me ontem de Brasília. Entendem? É um absurdo! Já imaginaram a violência doméstica contra a mulher? Morre mais mulher apanhando dentro de casa do que de câncer e em acidentes de trânsito.

(A senhora Neli Góes manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Quanto à cor, eu não fiz a pesquisa. Estás vendo onde é que eu não discrimino? Porque, para mim, são mulheres: pretas, brancas, roxas...

(O senhor Jean Fábio Nascimento manifesta-se fora do microfone: "Mas a maioria dos pais negros vai para a venda beber cachaça e o sistema joga o álcool lá dentro. Então, a maioria dos bêbados que está na favela é negra. Eles chegam e batem nas mães, depois batem nas filhas. Por quê? Por causa do sistema: o sistema quer acabar com a droga e joga o álcool lá dentro da favela. É uma hipocrisia, é um sistema que tenta eliminar o traficante enquanto não acaba com a droga, não acaba com o álcool. Então, não adianta matar os garotos lá dentro da favela. Só isso.")

Não, pois é. Mas tu vês, eu podia... Pode ser um erro, mas não é um erro. Eu podia mandar que fizessem essa pesquisa para mim lá em Brasília quanto à cor, mas como eu não tenho esse espírito discriminatório, porque não tenho, não sou racista. Acho que mulher é mulher, preta, branca, roxa, amarela...

(O Sr. Jean Fábio do Nascimento manifesta-se fora do microfone: "Como falei, Antonieta de Barros é lembrada como mulher e não como negra.")

Não é por aí!

(O Sr. Jean Fábio do Nascimento manifesta-se fora do microfone: "É por aí mesmo. Primeiro ela é lembrada como mulher, mas ela é uma mulher negra. Um negro ganha 50% menos do que...")

Pois é querido, mas eu quero dizer que a raça negra para mim é uma coisa normal - por isso dei aquele exemplo.

(O Sr. Jean Fábio do Nascimento manifesta-se fora do microfone: "Será que a família da senhora acolheria a mesma negra que acolheu a senhora?")

Claro! Na minha família não tem isso.

(O Sr. Jean Fábio do Nascimento manifesta-se fora do microfone: "Toda a família diz que não tem isso, deputada. Desculpe-me...")

Mas se não tem, tu queres que tenha, não é por aí.

(Manifestações paralelas.)

Não, não. O que estou dizendo é o seguinte: se estou dizendo que não tem, com a maior sinceridade, porque não precisava, daí tu queres que tenha?! Tu duvidas de mim!

A SRA. VALDIONIRA SILVA DOS ANJOS - Deputada, sinceramente eu estou pensando onde está a raça negra. Eu não vejo raça negra nenhuma por aí. Para mim a raça negra tem certas características. Agora, recentemente, (*ininteligível*) um livro em que a pessoa era considerada branca, mas tinham muito mais descendentes negros do que brancos. Recentemente passou na televisão uma pesquisa em que eles mencionavam, por exemplo, que a atleta Daiane tem mais genes brancos do que negros. Outros artistas também. Como nós vamos ficar daqui a pouco? Onde está o negro, como este negro vai ficar daqui a pouco? Então, está muito sério até para discutir consciência negra. Eu acho muito difícil mesmo. Tem que haver é consciência de quem está no poder, de quem está na Justiça, de quem está governando, consciência dos próprios negros de dar poder para o negro. Por que negro não vota em negro? Não vota em negro, não tem (*ininteligível*).

Aqui na Assembléia, nos gabinetes, não há secretárias negras. Porque não tem um deputado negro. Mas quando o vereador Walter da Luz, que era o secretário da Saúde tinha muitos funcionários negros, lá eram chamados senzaleiros, pela grande quantidade de negros que tinha. Isso é um absurdo! Até quando nós vamos ter que curtir isso? Tem que haver estudos. Eu me formei em história, adoro, gosto de geografia, lecionei muito, conversei com elas, a gente lê demais, e digo que está muito sério. Têm que fazer audiências e seminários nesse sentido e a principal ferramenta têm que ser a educação dentro de casa, na escola. Os professores que me desculpem, mas vão estudar.

Existe a Lei 10.639, que o governo tem que ensinar o professor a trabalhar sobre a cultura negra. O que é isso? Como é que para ensinar a cultura alemã ninguém precisa. Quando cursei história estudei o italiano, o português, o espanhol, o francês, a revolução francesa, até hoje se fala, o iluminismo é maravilhoso, e não foi preciso ninguém ter aula para... Tem que estudar! Se eu tenho coragem de falar tudo isso e sei, é porque estudei.

Um dia estava na Udesc, não esqueço disso, estava sentada, quando a Udesc era aqui na Saldanha Marinho, e tinha um professor dando aula de historiografia. A gente estudava muito na história a posição de Portugal: o Brasil era um ponto estratégico para os portugueses virem para cá se apoderar, para a navegação, para seguir seus espaços, para poder ir atrás de terra, patati, patatá.

Portugal vinha para o Brasil porque tinha o que fazer. Tinha exportação daqui para eles; riquezas, como levaram de monte as nossas riquezas para lá - e quem produziu toda essa riqueza, quem trabalhou bastante foram os negros. Os negros que eram responsáveis. Como eram responsáveis, no Brasil, pela sua sobrevivência. Não foram os brancos que foram lá fazer para os negros sobreviverem. Os negros tinham que trabalhar e plantar cana para fazer a cachaça. Qual o negro que é dono de engenho hoje? Quem é o representante do engenho? É o açoriano - é verdade isso? O açoriano que fez o engenho ou foi o negro que inventou para poder trabalhar e ser mantenedor do trabalho, do produto que ele tinha que exportar? Quem foi que fez a cachaça? Quem foi que fez outras coisas aí? Não temos isso conosco e não sei o porquê, gente! Então, isso é muito sério.

Teve um caso, na semana passada - uma pessoa chegou à minha casa contando (é dona de um hotel) que chegou uma cliente lá, viu a camareira negra e disse: Eu não quero que aquela mulher toque no que é meu. Mas por quê? Porque ela é negra. Então, você vai ter de procurar outro espaço para ir. E a dona do hotel procurou outro espaço e deu.

Se duas fazem um concurso e o dono da empresa não sabe que a candidata que passou é negra, na hora que se apresenta e ele vê que é negra quase que já diz que não quer porque é negra.

Recentemente, meu próprio filho fez um concurso, fez as melhores provas, estava para ir, fizeram de tudo para ele cair porque disseram que naquele hospital só aceitam loiras. Ele não está nem sabendo disso, porque eu os forço a estudar. Ele não está sabendo disso. Eu estou com isso dentro de mim, curtindo, quero procurar um recurso, vou ver como vou fazer.

Na hora em que alguém foi lá e disse que ia procurar um emprego naquele hospital, a pessoa, que era branca, disse: olha, é muito difícil você ir para lá, teve um caso assim, assim, com o fulano de tal, era meu filho, a pessoa me conhecia e me contou. Ele foi bom, fez a prova boa, ele fez isso e aquilo bem. Foram lá e experimentaram o cara - que era o meu filho. A única coisa que ele não fez foi injeção, mas dizem que nem era para ele ter feito isso! Mandaram-no dar uma injeção na veia. Isso é um absurdo! Para quem a gente vai reclamar meu Deus do céu? Não tem! Não adianta SOS, como o senhor falou, tem que ser um outro tipo de sistema, sim, e as pessoas têm que ter consciência e fazer o trabalho pensando no outro com respeitabilidade. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Com certeza.

Com a palavra a Vera Fermiano.

A SRA. VERA FERMIANO - Deputada, eu acho que está se tentando falar aqui o seguinte: por conta do processo da falsa democracia racial imposta pela ditadura, todos os registros que identificavam o negro enquanto raça foram banidos dos documentos oficiais neste País de forma a dizer que aqui não havia racismo.

Então, nos últimos trinta anos nós, do Movimento Negro, vimos reivindicando que o item cor volte aos documentos oficiais e não só no atestado de óbito, que é só onde vai aparecer a cor, porque sem dados não sabemos onde é que estamos, como moramos, como vivemos, do que morremos, que doenças nos atacam - e sofremos de doenças específicas que precisa política pública de saúde para esse tipo de atendimento.

Reivindico à senhora também que o seu gabinete, além de ter esse olhar de gênero, tenha também o recorte de raça e etnia. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Mais alguém deseja se manifestar?

A SRA. NELI GÓES - (Manifesta-se fora do microfone: "É muito perigoso quando nós trazemos (ininteligível), vai falar na minha história, na história do vereador (ininteligível), mas esse foi sempre o discurso.")

Então, é perigoso, porque não dá para negar o racismo institucional brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Eu também acho que não dá para negar.

A SRA. NELI GÓES - E não fomos nós que produzimos esse discurso. As autoridades fizeram isso - e inclusive o Brasil foi penalizado em alguns órgãos internacionais por causa disso. E por causa disso também ele está hoje procurando a implementação de políticas de correção. Então, na verdade é isso que a gente precisa ter claro.

Foi muito fácil para os brancos brasileiros branquearem os negros. Em determinados momentos não vêem a professora negra. Eu fiquei branca para algumas... Infelizmente, essa é a realidade. Então, não é bom a gente discutir em termos de histórias individuais. Precisamos de políticas públicas que contemplem a população negra brasileira, porque a maioria está em situação abaixo da linha da miséria e da pobreza. Está provado, pelas pesquisas do Ipea e do IBGE, que no Brasil pobreza e escolaridade têm cor, a negra.

Por isso, nós estamos e continuamos nessa luta.

O SR. DÓRIAN ESTEVES RIBAS MARINHO - Eu gostaria de completar o que a professora estava falando. Parece que não cabe aqui uma discussão estatística sobre essa situação. Não é a estatística que vai demonstrar uma coisa que nós podemos ver em qualquer momento, basta entrar numa prisão brasileira, que é a expressão máxima da dominação, que nós vamos ver lá dentro praticamente só pessoas negras. Não precisa de estatística nenhuma para demonstrar o que é absolutamente óbvio para qualquer um.

(A senhora Neli Góes manifesta-se fora do microfone: "A estatística que comprovou isso foi cortada".)

A SRA. ROSANE FRANCISCA NUNES DA SILVA - Inclusive eu gostaria de falar que o pessoal, quando a gente fala em cotas, diz: não precisa de cotas. Como a Neli acabou de falar, eles mostram uma Neli, um doutor Walter e o restante do pessoal que são todos privilegiados. Não é assim. É só olhar as prisões, olhar o abandono do velho negro, que é a pior coisa. Envelheceu, é pobre, é negro, é a rua que espera por ele - é a coisa mais triste.

Eu trabalho na saúde e vejo pessoas negras, velhas e doentes sem casa e sem um sistema que o atenda. Porque quando chega lá no SUS, muitas vezes eu sou mal vista porque quero atender bem aquela preta. Já fica todo mundo me olhando: essa aqui já começou a juntar, já começou a chegar o quilombo. A gente não pode nem tratar bem, um negro não pode tratar outro negro bem, porque a gente é mal vista. É impressionante. Então, é isso que tem que mudar. Graças a Deus vocês não são, vocês estão aqui conosco. Então, vocês têm que nos ajudar a mudar isso.

Negro é amigo de negro sim, negro quer bem a negro sim, negro salva negro sim. Agora, negro que salva negro é perseguido. Olha, meu caro, eu sei. Então, é isso que a gente tem que mudar. E a gente tem que aprender a não ter medo, a estender a mão para aquele irmão negro. Eu vejo muito negro bem que quando a gente chega perto fica com medo, porque se ele for ajudar aquele negro vai ser perseguido, ele vai ser visado.

Tem outra coisa. Muitas vezes a grande maioria nos vê aqui e diz: o negro está nadando na grana. Está nadando, uma conversa! Quanto mais a gente tem competência de cabeça, mais eles tiram a nossa grana. Meu Deus! Eu fico impressionada. Eu sempre digo: eu sobrevivo com o poder de Deus, porque dinheiro na minha mão nunca tem. Eu ajudo Deus e o mundo e, às vezes, digo: mas Deus como Você me fez ajudar aquele lá, se não tenho para mim? Mas eu ajudei aquele. De onde vem eu não sei, mas eu ajudei. Então, é isso que tem que mudar.

Nós temos que ter espaço sim, espaço físico, porque eles acham que como o negro é preto, o negro é como a noite, ele vai e vem e não precisa de outro espaço. O mundo é nosso sim, mas nós precisamos de casa, de proteção, de um ponto de encontro, porque é a coisa mais difícil. Por isso estava dizendo: graças a Deus hoje nós tivemos esse dia, porque a gente não tem ponto de encontro. Quando existe um ponto de encontro, está na hora de fechar. Se é um barzinho em que os negros estão, está na hora de fechar porque está virando um quilombo. Então, sempre tem um defeito para aquele local onde os negros se encontram. Nós precisamos de espaço. As nossas

casas cada vez mais estão menores, a gente não tem mais espaço nem para pôr os filhos, quanto mais para juntar os amigos. Então, nós precisamos de espaço, pelo amor de Deus.

Obrigada.

O SR. VEREADOR WALTER DA LUZ (Florianópolis/SC) - Quero só concluir, não levo para o lado pessoal, mas contribuindo para a 1ª Jornada Maria da Penha Maia Fernandes, dizer que num trabalho do Ministério da Saúde, Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, que é um projeto que já vem do governo Fernando Henrique, e o governo Lula continua, há dados de 2004 para discutir lá no grande trabalho Maria da Penha.

(*Passa a ler.*) "As mulheres vivem mais do que os homens, isso é sabido, porém adoecem mais frequentemente. A vulnerabilidade feminina frente a certas doenças e causas de morte está mais relacionada com a situação de discriminação na sociedade do que com fatores biológicos." É importante pensar e discutir isso de primeiro.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Obrigada, vereador.

Agradecendo a presença de todos, as três alunas de Antonieta de Barros...

(*A estudante Sthephanyelle Soffie da Silva manifesta-se fora do microfone: "A senhora mencionou que não consegue ver preconceito, foi mencionada a questão das prisões etc., mas não precisa ir muito longe, a gente já vê aqui, pelo número de cadeiras vazias, e eu acho poderia ter mais pessoas, este espaço deveria estar lotado."*) (*Palmas.*)

Quero agradecer as palavras de vocês três, foram maravilhosas, historiadoras, realmente dignas do título que tem - e colocar o meu gabinete à disposição para o que necessitarem, tanto o meu gabinete parlamentar quanto a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher.

Esta audiência foi ótima, conheci bastante gente com pureza na alma, que dá para ver. Sou espírita e tenho essa coisa de conhecer as pessoas um pouco rapidinho. Foi o maior prazer, muito obrigada pela presença de todos. E se tivermos uma próxima audiência, como disse a jovem lá em cima, esperamos lotar isso aqui.

Um beijo no coração de todos - está encerrada a audiência pública. (*Palmas.*)

DEPUTADA ADA DE LUCA

PRESIDENTE

*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DO PRESIDENTE e VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL 5ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às dezoito horas do dia doze de fevereiro do ano de dois mil e oito, reuniram-se no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina os senhores Deputados: Romildo Titon, Dirceu Dresch, Gelson Merisio, Marcos Vieira, Reno Caramori, Sargento Amauri Soares e Moacir Sopelsa, para instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural. Os trabalhos foram abertos pelo Deputado Romildo Titon o qual, em obediência ao Regimento Interno, solicitou aos membros candidatos a Presidente e Vice-Presidente que fizessem suas inscrições visando concorrer aos cargos. Foi apresentada uma chapa com o nome do Senhor Deputado Moacir Sopelsa para eleição a Presidente e uma chapa com o nome do Deputado Reno Caramori a Vice-Presidente. Prosseguiu-se a chamada nominal e exerceu o direito de voto todos os membros presentes, tendo sido eleito o senhor Deputado Moacir Sopelsa para o cargo de Presidente e o Deputado Reno Caramori para vice-presidente. A posse dos mesmos deu-se em seguida a eleição. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia Maria da Silveira Chefe de secretária lavei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e demais membros. Florianópolis, doze de fevereiro de dois mil e oito.

Deputado Moacir Sopelsa - Presidente

Deputado Reno Caramori - Vice-Presidente

Deputado Marcos Vieira - Membro

Deputado Dirceu Dresch - Membro

Deputado Romildo Titon - Membro

Deputado Gelson Merisio - Membro

Deputado Sargento Amauri Soares - Membro

*** X X X ***

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às dezoito horas do dia doze de fevereiro do ano de dois mil e oito, sob a Presidência do senhor deputado Professor Grandó, amparado no § 1º do Art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da reunião de instalação da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia e Minas e Energia, referente à Segunda Sessão Legislativa da Décima Sexta Legislatura. Foram registradas as presenças dos senhores deputados: Silvio Dreveck, Renato Hinnig, Ada de Luca, Elizeu Mattos, Marcos Vieira e Professor Grandó, e dando cumprimento ao Regimento Interno, o senhor presidente abriu inscrição para o cargo de presidente da Comissão. Inscrito o senhor deputado Silvio Dreveck, foi iniciado o processo de votação e colhidos os votos, sendo eleito por unanimidade. O presidente dos trabalhos deu posse ao presidente eleito e transferiu a presidência ao senhor deputado Silvio Dreveck, que, ato contínuo, abriu inscrição para o cargo de vice-presidente. Inscrito o Deputado Renato Hinnig, foi iniciado o processo de votação e colhidos os votos, sendo eleito por unanimidade. O presidente deu posse ao senhor deputado Renato Hinnig no cargo de vice-presidente da Comissão. Instalados os trabalhos da Comissão, o senhor presidente agradeceu aos presentes pela votação. Antes de encerrar os trabalhos o senhor presidente convocou os senhores deputados, nos termos regimentais, para a próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, da qual eu, Maria Natel Scheffer Lorenz, assessora de Comissão, lavei a presente ata, que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembleia Legislativa.

Deputado Silvio Dreveck

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às dezoito horas do dia doze de dezembro do ano de dois mil e sete, sob a presidência do senhor deputado Silvio Dreveck, amparado no Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da nona reunião ordinária da Comissão. Estavam presentes os senhores deputados Elizeu Mattos, Marcos Vieira, Renato Hinnig e Ada de Luca. Dando início aos trabalhos, o senhor presidente colocou em deliberação e votação a ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Na sequência, colocou em discussão e votação o PL/0439.6/2007, de sua autoria, que "Estabelece normas para o deferimento de denominação adjetiva aos municípios catarinenses", passando a palavra ao senhor relator, deputado Elizeu Mattos, que fez a leitura de seu parecer, favorável à aprovação com emendas. Colocado em discussão, o senhor deputado Marcos Vieira solicitou que a Comissão requeresse o sobrestamento de todos os projetos em andamento na Casa sobre denominação adjetiva de municípios. Após discussão, restou aprovado por unanimidade o requerimento e o projeto. Em seguida, o senhor presidente colocou em discussão e votação o PL/0479.3/2007, de autoria do senhor deputado Herneus de Nadal, que "Reconhece o Município de Sul Brasil Capital Catarinense do Frango Caipira", passando a palavra ao senhor relator, deputado Renato Hinnig, que informou que como se trata de denominação adjetiva para município e conforme acordado ficará sobrestado até deliberação do Plenário. Dando sequência, o senhor presidente colocou em discussão e votação o PL/0494.2/2007, de autoria do senhor deputado Antônio Aguiar, que "Declara o Município de Campo Alegre Capital Estadual da Ovelha", passando a palavra à senhora relatora, deputada Ada de Luca, que informou que por se tratar de denominação adjetiva a município ficará também sobrestado. Em seguida, o senhor presidente colocou em discussão e votação o PL/0386.0/2007, de autoria do senhor deputado Joares Ponticelli e outros, que "Declara de utilidade pública a Associação Regional de Engenheiros e Arquitetos - Vale do Rio Tubarão", passando a palavra ao senhor relator, deputado Silvio Dreveck, que fez a leitura do parecer, favorável, e colocado em votação foi aprovado por unanimidade. Na continuidade, o senhor presidente colocou em discussão e votação o PL/0125.2/2007, de autoria do deputado Professor Grandó, que "Dispõe sobre o turismo rural na agricultura

familiar", e fez a leitura do parecer do relator, deputado Pedro Uczai, favorável, e colocado em votação foi aprovado por unanimidade. Em seguida, colocou em discussão e votação o requerimento de autoria do senhor deputado Pedro Uczai, que solicita a realização de audiência pública sobre o Projeto de Lei nº 171/2007, que tem como tema a "aprovação da Lei dos pisos salariais em Santa Catarina", cuja data, local e horário serão definidos posteriormente, e colocado em votação foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, informou que o senhor deputado Edson Andriano fez uma manifestação no dia de ontem no Plenário desta Casa e solicitou a esta Comissão que tomasse alguma providência em relação à Lei municipal nº. 7.486/2007, aprovada pela Câmara de Vereadores de Florianópolis, que proíbe a manipulação de animais em laboratórios. Na sequência, o senhor presidente sugeriu que fosse feita uma moção ao Prefeito Municipal de Florianópolis, manifestando a discordância com os termos desta Lei e solicitando a sua revogação, a qual foi aprovada por unanimidade. Finalizando, agradeceu a todos pela colaboração durante este ano de trabalho, desejando feliz Natal e próspero Ano Novo. O senhor deputado Marcos Vieira também agradeceu e cumprimentou os colegas fazendo referência ao ano, que foi de muito trabalho e proveitoso, desejando que todos tenham um ano de 2008 de grande sucesso. Os demais senhores deputados fizeram das palavras do senhor deputado Marcos Vieira as suas palavras. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a todos pela presença na reunião, da qual eu, Maria Natel Scheffer Lorenz, assessora da Comissão, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada por todos os membros, encerrando assim a presente reunião, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Deputado Silvio Dreveck

Presidente
*** X X X ***

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Aos treze dias do mês do fevereiro do ano do dois mil e oito, às nove horas e trinta minutos, sob a Presidência do Deputado Jorginho Mello, foram abertos os trabalhos da primeira reunião ordinária da Comissão de Finanças e Tributação. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados: Gelson Merísio, Odete de Jesus, José Natal Pereira, Manoel Mota, Renato Hinnig e Silvio Dreveck. O Senhor Presidente colocou em votação a ata da 1ª Reunião Ordinária da Comissão acima epigrafada, sendo aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente deu por aberto a primeira reunião regimental da Comissão de Finanças e Tributação. Comunicou a ausência do Deputado Décio Góes, que estava participando da Conferência Mundial de Desenvolvimento de Cidades. Informou a todos os seus pares o entendimento da Presidência da Casa e todas as lideranças, em obedecer o acordo fechado em dois mil e sete, onde seriam reconduzidos todos os Presidentes e seus membros às respectivas Comissões desse Poder. Continuando, agradeceu a confiança de todos e pediu a participação na condução dos trabalhos da Comissão em epigrafe, no decorrer de dois mil e oito. O Deputado Silvio Dreveck solicitou a palavra, para justificar a ausência do Deputado Jandir Bellini, que se encontrava em outro compromisso nesse dia. Desejou sucesso ao Presidente e colocou-se a disposição na condução dos trabalhos. O Deputado Manoel Mota também parabenizou o Presidente à frente da Comissão, e comentou o acordo feito pelos Líderes em dois mil e sete, dizendo que sua Bancada também optou pela manutenção dos membros e Presidências nas Comissões, fortalecendo a palavra dada na época e também o Parlamento Catarinense. A Deputada Odete de Jesus cumprimentou o Presidente e desejou mais um ano produtivo à frente da Comissão, salientando a conduta ética do mesmo nesta Casa. Colocou-se à disposição da Comissão para o bom andamento dos trabalhos. O Presidente agradeceu a participação dos Deputados e convocou-os para reunião no dia vinte de fevereiro, no horário regimental. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente deu por encerrada a presente reunião, a qual eu, Silvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que aprovada por todos os seus membros, será assinada pelo Presidente, e, posteriormente publicada no Diário desta Assembléia.

DEPUTADO JORGINHO MELLO
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação
*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO

A C. P. L. da ALESC, comunica aos interessados que na Tomada de Preços nº. 001/2007, foram habilitadas as empresas:

ENGEVIX ENGENHARIA S/A

PROGETTO ARQUITETURA, ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

e inabilitada a empresa:

TOPOSOLO ENGENHARIA E TOPOGRAFIA SS por não atender o item 10.6.2 do Edital, já que o atestado não consigna o grau de satisfação dos serviços prestados; e no item 10.6.4 por não apresentar acervo técnico de projetos similares de: instalação elétrica, climatização, ventilação e exaustão mecânica, e acústica, de acordo com o parecer técnico emitido pela Comissão de Planejamento e Obras da ALESC.

Transcorrido o prazo legal, as empresas habilitadas serão convocadas para a abertura das propostas.

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2008

Hélio Estefano Becker Filho

Presidente

*** X X X ***

EXTRATOS

Extrato N.º 013/2008

REFERENTE: 14º TA ao Contrato CL n.º 005/2005, celebrado em 02/02/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Primer Produções e Locações Ltda.

OBJETO: Reajustamento do Contrato em 7,75% (sete vírgula setenta e cinco por cento) sobre o montante "B" da Planilha de Custo, com reflexo no montante "C", referente o IGPM/FGV apurado no período compreendido entre janeiro a dezembro de 2007, com competência a partir de janeiro de 2008, redundando num aumento mensal de R\$ 2.760,08 (dois mil setecentos e sessenta reais e oito centavos), igual a 1,62% (hum vírgula sessenta e dois por cento) sobre o valor mensal do contrato.

FUNDAMENTO LEGAL: Arts. 65, II "d" da Lei n.º 8.666/93; Itens 3.2 e 3.3 da Cláusula Terceira do Contrato Original e Autorização administrativa.

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

Ilson Antonio Bettin - Sócio

*** X X X ***

Extrato N.º 014/2008

REFERENTE: 4º TA ao Contrato CL n.º 014/2005, celebrado em 10/03/2005.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Proactiva Meio Ambiente Brasil Ltda.

OBJETO: Reajustamento do Contrato em 7,75% (sete vírgula setenta e cinco por cento), referente o IGPM/FGV apurado no período compreendido entre janeiro a dezembro de 2007, com competência a partir de janeiro de 2008, redundando num aumento mensal de R\$ 48,24 (quarenta e oito reais e vinte e quatro centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Arts. 65, II "d" da Lei n.º 8.666/93; Item 4 da Cláusula Terceira do Contrato Original e Autorização administrativa.

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

Ilson Antonio Bettin - Sócio

*** X X X ***

EXTRATO Nº 016/2008

REFERENTE: Convênio CL nº 009/2007-00, de 09/10/2007.

1º PARTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

2º PARTE: CETEB - Centro Educacional Tecnológico Brasileiro.

OBJETO: Concessão de descontos de por serviços educacionais de pós-graduação à distância da Universidade Gama Filho, nas áreas de administração pública, direito e gestão de negócios, prestados aos servidores da ALESC e aos seus respectivos dependentes, na base de 26% e 20% respectivamente nos cursos acima.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores. Autorização Administrativa.

VIGÊNCIA: Entra em vigor a partir da data de sua assinatura, com vigência até 31/12/2008.

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente da ALESC

Guilherme Monteiro Pessina - Diretor Presidente - CETEB

*** X X X ***

EXTRATO Nº 017/2008

REFERENTE: Convênio CL nº 011/2007, de 08/11/2007.

1º COOPERADO: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

2º COOPERADO: PRÓ IURIS - INSTITUTO DE ESTUDOS E PREPARAÇÃO JURÍDICA S/C LTDA

OBJETO: cooperação em atividades voltadas para o intercâmbio de experiências nas áreas científicas, técnica e cultural, bem como nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e formação de pessoal, como no caso específico deste último aspecto, a garantia de vaga e a concessão de desconto no valor das mensalidades nos cursos de Pós-Graduação e Preparatórios do PRO IURIS, que utiliza os serviços LFG/Prima (Redes de Ensino Luiz Flávio Gomes e Cursos PRIMA) para os servidores e seus dependentes, restritos ao âmbito associado, assim considerados os cônjuges, filhos, companheiros e enteados.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Estadual nº 12.866, de 12 de janeiro de 2004 e art. 116, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Autorização Administrativa.

PRAZO: 05 (cinco) anos, a contar de sua assinatura, podendo ser renovado ou rescindido por iniciativa das partes, mediante comunicação por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente da ALESC

Nilton João de Macedo Machado - PRO IURIS

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 564

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei que "Acrescenta parágrafo único ao art. 5º da Lei nº 7.543, de 1988, que institui o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA", por ser inconstitucional.

Os pareceres da Procuradoria Geral do Estado e da Secretaria de Estado da Fazenda, os quais acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornecem os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 25 de janeiro de 2008

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 12/02/08

ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCESSO PPGE 151/084
PAR 0019/08

ASSUNTO: AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 005/07 que acrescenta parágrafo único ao art. 5 da Lei 7543, de 1988, que instituiu o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA -.

Sr. Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica,

O Senhor Secretário de Estado da Coordenação e Articulação encaminha a esta casa autógrafo do projeto de lei supra referido para análise de sua constitucionalidade e legalidade quanto ao interesse público.

O projeto de Lei autoriza o chefe do Poder Executivo a reduzir as alíquotas do Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores -IPVA- para veículos movidos a biocombustível.

O Projeto de Lei em exame reduz as alíquotas do IPVA em 50% para os veículos movidos a biocombustível, prevê um benefício fiscal e acarreta renúncia de receita. Na elaboração da Lei não foi observado o disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, dispositivo que obrigatoriamente deveria ter sido observado sob pena de invalidar o projeto de Lei.

Ante o exposto recomenda-se o **VETO** integral do projeto.

Estas são as razões que submeto a apreciação de Vossa Senhoria.

Florianópolis, 16 de janeiro de 2008.

TAITALO FAORO COELHO DE SOUZA

PROCURADOR DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

PPGE nº 151/084

Assunto: Autógrafo de Projeto de Lei nº 005/07 que "acrescenta parágrafo único ao artigo 5º da Lei 7.543, de 1988, que instituiu o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

Interessado: Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação.

DESPACHO

Acolho o **Parecer** nº 0019/08, às fls 115/116, da lavra do Procurador do Estado, Taitalo Faoro Coelho de Souza.

Encaminhe-se à Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação.

Florianópolis, 18 de Janeiro de 2008.

SERGIO LUIZ MAR PINTO

Procurador-Geral do Estado em exercício

Art. 9º, I. da L.C. nº 317, de 30/12/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO

Ofício GABS/SEF nº 0033/2008Florianópolis, 18 de janeiro de 2008

Ao Senhor

IVAN S. THIAGO DE CARVALHO

Diretor de Assuntos Legislativos

Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação

Florianópolis - SC

Senhor Diretor,

Em resposta ao Ofício nº 1093/SCA-DIAL-GEMAT, que solicita análise e parecer técnico desta Pasta em relação ao Autógrafo de Projeto de Lei nº 005/07, procedente da Assembléia Legislativa, que "Acrescenta parágrafo único ao art. 5º da Lei nº 7.543, de 1998, que institui o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA", segue em anexo a Informação nº 005/08, emitida pela Diretoria de Administração Tributária, acompanhada do Parecer nº 003/Getri/2008.

Cordialmente,

Sérgio Rodrigues Alves

Secretário de Estado da Fazenda

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

INFORMAÇÃO nº 005/08 Florianópolis, 17 de janeiro de 2008.

Referência: Ofício nº 1093/SCA-DIALGEMAT, datado de 14/01/08, encaminhado pelo Senhor Procurador do Estado Ivan S. Thiago de Carvalho, referente à solicitação de parecer técnico desta Diretoria a respeito do Autógrafo do Projeto de Lei nº 005/07.

Senhor Secretário,

Em atenção ao Ofício nº 1093/SCA-DIAL-GEMAT, datado de 14/01/08, encaminhado pelo Senhor Procurador de Estado Ivan S. Thiago de Carvalho, referente à solicitação de parecer técnico desta Diretoria a respeito do autógrafo do Projeto de Lei nº 005/07, aprovado pela Assembléia Legislativa, segue em anexo Parecer nº 003/Getri/2008.

Cordialmente,

Almir José Gorges

Diretor de Administração Tributária

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

GERÊNCIA DE TRIBUTAÇÃO

PARECER: 003/Getri/2008

EMENTA: IPVA. REDUÇÃO DE ALÍQUOTA PARA VEÍCULOS QUE UTILIZEM BIOCOMBUSTÍVEL. HIPÓTESE NÃO AUTORIZADA DE DIFERENCIAÇÃO DE ALÍQUOTA. RENÚNCIA DE RECEITA. DESCUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO ART. 14 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. PROPOSIÇÃO DE VETO INTEGRAL DO AUTÓGRAFO.

Senhor Gerente,

Cuida-se de autógrafo aprovado pela Assembléia Legislativa, de origem parlamentar, que altera dispositivo da Lei 7.543, de 1988, que instituiu o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

2. O art. 5º do aludido pergaminho, que trata das alíquotas do imposto, foi acrescido de parágrafo único, autorizando o Chefe do Poder Executivo a reduzir as alíquotas referentes a veículos terrestres e embarcações em 50% (cinquenta por cento) quando forem movidos a biocombustível.

NOVAS ALÍQUOTAS		
INCISO	VEÍCULO	AL.
I	veículos terrestres de passeio e utilitários, nacionais e estrangeiros.	1,0%
III	veículos terrestres de duas rodas e os de transporte de carga e/ou passageiros (coletivos), nacionais e estrangeiros.	0,5%
IV	para embarcações de qualquer tipo.	0,5%

3. A redução de alíquotas a que se refere o presente autógrafo representa renúncia de receita, nos termos do § 1º do art. 14 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, por implicar redução discriminada de tributo. Em vista disto, deverão ser atendidas as disposições contidas no caput do artigo, a saber:

- a) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes;
- b) atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias;
- c) demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias ou, alternativamente:

d) estar acompanhada de medidas de compensação, no mesmo período, por meio de aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo.

4. O autógrafo aprovado pela Assembléia Legislativa não atende às disposições do art. 14 da Lei Complementar 101, de 2000. Cumpre ainda observar que as "medidas de compensação" a que se refere o inciso II do artigo, não pode assumir a forma de corte de despesa, pois o dispositivo refere-se expressamente a "aumento de receita".

5. A dicção do dispositivo introduzido pelo autógrafo, como autorização ao Poder Executivo, não afasta a aplicação do referido art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, posto que a fixação de alíquota é matéria sob reserva absoluta da lei (Código Tributário Nacional, art. 97, IV). Isto quer dizer que não pode ser objeto de delegação do Legislativo ao Executivo. Neste sentido é o magistério de Roque Antônio Carrazza (Curso de Direito Constitucional Tributário, 2003, p. 223):

"O tributo, pois, deve nascer da lei (editada, por óbvio, pela pessoa política competente).

(...) tal lei deve conter todos os elementos e supostos da norma jurídica tributária (hipótese de incidência do tributo, seus sujeitos ativo e passivo e suas bases de cálculo e alíquotas), não se discutindo, de forma alguma, a delegação, ao Poder Executivo, da faculdade de defini-los, ainda que em parte. Remarcamos ser de exclusividade da lei, não só a determinação da hipótese de incidência do tributo, como, também, de seus elementos quantitativos (base de cálculo e alíquota).

Resta evidente, portanto, que o Executivo não poderá apontar - nem mesmo por delegação legislativa - nenhum aspecto essencial da norma jurídica tributária, sob pena de flagrante inconstitucionalidade."

6. Não discrepa desse entendimento o Superior Tribunal de Justiça (STJ - 2a T. - REsp. nº 101.774/SP - Rel. min. Ari Pargendler, Diário da Justiça, Seção I, 9 dez. 1997, p. 64.661):

"Tributário. Substituição Tributária. Princípio da legalidade. A definição do sujeito passivo da obrigação tributária está sujeita ao **princípio da reserva legal**, não podendo a lei cometê-la ao regulamento (CTN, art. 97, III)".

7. Por derradeiro, o Excelso Pretório, no julgamento da ADI 1296 PE, expressou entendimento que:

... o legislador não pode abdicar de sua competência institucional para permitir que outros órgãos do Estado - como o Poder Executivo - produzam a norma que, por efeito de expressa reserva constitucional, só pode derivar de fonte parlamentar.

8. Por outro lado, o inciso II do § 6º do art. 155 da Constituição Federal somente autoriza alíquotas diferenciadas do IPVA "em função do tipo e utilização" do veículo. Não está contemplada a diferenciação de alíquota em função do combustível utilizado. À evidência, a lei estadual não pode "instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontram em situação equivalente" (CF, art. 150, II), em hipótese não contemplada pelo dispositivo constitucional anteriormente citado.

9. O inciso I do dispositivo citado no parágrafo anterior, por sua vez, comete ao Senado Federal a competência para fixar alíquotas mínimas para o IPVA, ficando vedado aos Estados-membros praticar alíquotas inferiores. O dispositivo, introduzido pela Emenda Constitucional 42, de 2003, visa precisamente evitar que os contribuintes venham a licenciar os seus veículos em unidade da Federação diversa da do seu domicílio, atraídos pelas alíquotas mais baixas.

5. Posto isto, recomenda-se o **VETO** integral do presente autógrafo, nos termos do § 1º do art. 54 da Constituição Estadual.

À consideração superior.

Getri, em Florianópolis, 16 de janeiro de 2008.

Velocino Pacheco Filho
AFRE - matr. 184244-7

DE ACORDO. À consideração do Diretor de Administração Tributária.
Florianópolis, 16 de janeiro de 2008

Carlos Roberto Molim
Gerente de Tributação
Ramon Santos de Medeiros
Gerente de Operações Especiais
Matr. 184.968-9

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 005/07

Acrescenta parágrafo único ao art. 5º da Lei nº 7.543, de 1988, que institui o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

Art. 1º Fica acrescentado o parágrafo único ao art. 5º da Lei nº 7.543, de 30 de dezembro de 1988, que institui o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, com a seguinte redação:

"Art. 5º As alíquotas de IPVA são:

.....
Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a reduzir as alíquotas previstas nos incisos I, III e IV deste artigo em 50% (cinquenta por cento) quando os veículos forem movidos a biocombustível - B100." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de janeiro de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 011/08

Concede o título de Cidadão Catarinense ao Senhor Luiz Inácio Lula da Silva.

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Catarinense ao Senhor Luiz Inácio Lula da Silva.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Jailson Lima

Lido no Expediente
Sessão de 14/02/08

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

O Excelentíssimo Senhor Luiz Inácio Lula da Silva nasceu em 27 de outubro de 1945, na cidade de Garanhuns, interior de Pernambuco. Casado com Marisa Leticia, desde 1974, tem cinco filhos, em 27 de outubro de 2002, aos 57 anos de idade, com quase 53 milhões de votos, Luiz Inácio Lula da Silva é eleito Presidente da República Federativa do Brasil, Em 29 de outubro de 2006 se reelege Presidente da República com mais de 58 milhões de votos (60, 83% dos votos válidos).

Mostra ser um grande amigo de Santa Catarina, como Presidente da República Federativa do Brasil tem dado a nós catarinenses grandes investimentos, permitindo a realização de obras que há muito são reivindicadas, como a tão sonhada duplicação da BR 101 Sul, de 336,5 quilômetros, sendo 248,5 quilômetros em Santa Catarina, entre os municípios de Palhoça e Osório no Rio Grande do Sul, com custo de R\$ 1,5 milhão.

O Plano de Aceleração de Crescimento está realizando mais sonhos dos catarinenses, impulsionando o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da nossa gente: a duplicação de 62 quilômetros da BR-470 no trecho entre Navegantes e Blumenau, incluindo o entroncamento de acesso a Timbó, somando investimentos de R\$ 98 milhões; a duplicação da BR-280, nos 62 quilômetros entre Jaraguá do Sul e São Francisco do Sul, com investimento de R\$ 120 milhões; a pavimentação de 140 quilômetros da BR-282, reivindicada há mais de 50 anos, nos trechos que ligam Campos Novos, São Miguel D'Oeste e Paraíso com investimento de R\$ 180 milhões; a construção da Via Expressa Portuária do Porto de Itajaí, acesso rodoviário de sete quilômetros ligando a BR-101 ao Porto de Itajaí, num total de R\$ 42 milhões em investimento.

A malha ferroviária catarinense também foi priorizada pelo Presidente Lula: serão construídos 18 quilômetros de linha férrea ligando Joinville a São Francisco do Sul, ao custo de R\$ 52,7 milhões. Mais R\$ 24,1 milhões serão investidos na construção de 8,3 quilômetros de linha férrea do Contorno de São Francisco do Sul ao porto da cidade.

Também os portos catarinenses estão contemplados. No de São Francisco do Sul, a construção de berço de 205 metros de comprimento para granéis sólidos e de um novo alinhamento de 230 metros do berço 201. Investimento de R\$ 65 milhões.

O Plano de Aceleração de Crescimento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva garante energia para sustentar o desenvolvimento catarinense. Entre os municípios de Palhoça e Florianópolis serão implantados 130 quilômetros de linhas de transmissão, com investimento de R\$ 66,8 milhões; outros 97 quilômetros de extensão entre Bateias (PR) e Joinville (SC), num total de R\$ 28,3 milhões; 107 quilômetros de linhas de transmissão entre as cidades catarinenses de Videira e Campos Novos, até a Usina de Machadinho no Rio Grande do Sul, com investimento de R\$ 107,71 milhões; mais R\$ 21,7 milhões serão investidos 50 quilômetros de extensão de Blumenau a Biguaçu e Siderópolis. Um montante de R\$ 2,1 bilhões viabilizarão a construção da Usina Hidrelétrica Foz do Chapeó; R\$ 1 bilhão na construção de Usina Hidrelétrica Itapiranga; R\$ 352 milhões para a Usina Hidrelétrica de Salto Pilão; mais R\$ 969 milhões na Usina Hidrelétrica Pai-Querê, localizada na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul; R\$ 500 milhões na construção da Usina Hidrelétrica São Roque; e R\$ 60 milhões na barragem do Rio do Salto, em Timbé do Sul (SC).

Qualidade de vida para todos implica em saneamento básico, infra-estrutura e moradia, o que foi priorizado pelo Presidente Lula. Nove contratos do PAC do Saneamento foram assinados em janeiro deste ano com o Governo do Estado de Santa Catarina e com as prefeituras de Florianópolis, São José, Tijucas e Palhoça, no valor total de R\$ 104.239.558,84. O investimento viabilizará obras de saneamento, infra-estrutura e habitação nas cidades, turismo e desenvolvimento sustentável, beneficiando diretamente cerca de 30 mil famílias. Os contratos com o Governo do Estado atingem o valor de R\$ 54.901.939,14 e envolvem obras em cinco programas: Serviço Urbano de Água e Esgoto nos municípios de Florianópolis, Palhoça e Fraira; Pró-Água - Perfuração de poços nos municípios de Seara, Videira e São Miguel do Oeste; pavimentação e drenagem nos municípios de Quilombo, Maravilha e Otacílio Costa; desenvolvimento sustentável em territórios rurais nos municípios de Florianópolis, Lages e Iomerê; Turismo no Brasil nos municípios de Florianópolis e Balneário Camboriú - construção de centros de eventos e sinalização turística em rodovias no estado.

Para a capital catarinense, os recursos são no valor de R\$ 25.135.660,00 em dois programas: Intervenção em Favelas e Habitação de Interesse Social, incluído o investimento no maciço no morro da cruz para beneficiar 5.677 famílias.

O contrato do município de São José prevê o valor de R\$ 11.261.428,00 no programa de Intervenção em Favelas, para atender 1.777 famílias.

A maior cidade do Estado, Joinville, a nossa Manchester, já conta com obras e recursos do PAC cujos contratos foram assinados em dezembro de 2007. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal garantiram à cidade R\$ 15 milhões para regularização de moradias populares, especialmente nas áreas de risco, atingindo 554 famílias joinvilenses. Para o saneamento básico, são R\$ 66 milhões que vão ampliar consideravelmente o esgoto coletado e tratado e a oferta de água naquele município.

Por decisão política de Lula, em respeito aos funcionários, clientes e catarinenses, o Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) além de ser mantido público, foi fortalecido com sua união com o Banco do Brasil, que vai manter a marca conhecida e querida pelos catarinenses, seus pontos de atendimento e os empregos dos brasileiros. A negociação que tirou o BESC da lista de privatização de instituições financeiras e injetou R\$ 250 milhões nos cofres do Governo do Estado.

Por tudo isso e as realizações no estado aqui não citadas é que peço a Vossas Excelências a aprovação deste projeto de lei, prestando, assim, esta Casa, a justa homenagem ao cidadão que tem tratado o estado de Santa Catarina com muito carinho e sempre mostrou ser um cidadão amigo do nosso estado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 012/08

Dispõe sobre a cobrança de 10% (dez por cento) sobre as despesas efetuadas nos bares, restaurantes e similares a título de gratificação aos garçons.

Art. 1º Os bares, restaurantes e similares ficam autorizados a cobrarem de seus clientes 10% (dez por cento) do valor da despesa a título de gratificação aos garçons, barmen e maitres.

Parágrafo único. Os bares, restaurantes e similares ficam obrigados a repassarem integralmente aos garçons, barmen e maitres o valor decorrente da taxa de serviço cobrado nos termos do *caput*, que poderá ser distribuído aos outros empregados da empresa.

Art. 2º O acréscimo estipulado no Art. 1º só poderá ser cobrado nos estabelecimentos que trabalham com garçons, barmen e maitres, isentando os serviços de buffet, auto service.

Art. 3º Em caso de infração à presente Lei, o empregador pagará ao trabalhador prejudicado, a título de multa, o valor correspondente a 1/30 (um trinta avos) da medida da taxa de serviço, por dia de atraso.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jailson Lima

Lido no Expediente

Sessão de 14/02/08

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Deputados,

O turismo no estado de Santa Catarina é fonte de renda a muitos trabalhadores do litoral na temporada de verão e no inverno nas demais localidades do estado, que contam com o auxílio para a sobrevivência familiar, o presente Projeto de Lei visa legalizar o que já é praticado em muitos restaurantes e similares, mas que na maioria dos casos não são repassados aos garçons, segundo vários testemunhos reclamatórios.

Com a aprovação do presente projeto, os trabalhadores em restaurantes, bares e similares estarão com seus direitos garantidos, na certeza de que os empregadores repassarão os valores cobrados na nota de serviços das despesas dos clientes, prevalecendo assim, o auxílio da Lei para o melhor atendimento e incremento ao turismo.

O § 3º do art. 147 da CLT prescreve que considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também aquela que for cobrada pela empresa ao cliente, como adicional nas contas, a qualquer título, e destinada a distribuição aos empregados.

As empresas e seus trabalhadores têm que respectivamente estarem satisfeitos. A empresa com o desenvolvimento pleno, gerando empregos e os trabalhadores com uma melhor remuneração e asseguramento de seus direitos trabalhistas.

Os trabalhadores do ramo são fundamentais para o futuro do nosso turismo, os turistas valorizam o bom atendimento que retornam e indicam outros colaborando para o desenvolvimento de empregadores, empregados e estado.

No intuito de colaborar para melhorar a qualidade do nosso turismo e do nosso trabalhador no ramo é que peço acolhida dos Senhores Deputados e Senhores Deputadas ao presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0002.3/2007

A Ementa e o *caput* e o art. 1º do Projeto de Lei nº PL/0002.3/2007 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Autoriza o Poder Executivo a Criar o Comitê do Programa Catarinense de Energias Renováveis na Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e dá outras providências

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo autorizado a Criar o Comitê do Programa catarinense de Energias Renováveis na Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento - a Estrutura do Comitê do Programa Catarinense de Energias Renováveis, objetivando fomentar a cadeia produtiva do setor em Santa Catarina e contribuir para o desenvolvimento sustentado do Estado."

Sala da Comissão, em

Deputado Darci de Matos

Relator

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 19/12/07

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 19/12/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 002/07

Autoriza o Poder Executivo a criar o Comitê do Programa Catarinense de Energias Renováveis na Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Comitê do Programa Catarinense de Energias Renováveis na Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, objetivando fomentar a cadeia produtiva do setor em Santa Catarina e contribuir para o desenvolvimento sustentado do Estado.

§ 1º Para fins desta Lei, Energias Renováveis é qualquer produto a ser usado como fonte de energia para acionamento de motores móveis ou estacionários, que seja produzido a partir de biomassa renovável e que atenda às especificações técnicas estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo - ANP.

§ 2º São diretrizes do Comitê do Programa de que trata o *caput* deste artigo:

- I - elaborar a política catarinense de Energias Renováveis;
- II - buscar o atendimento dos objetivos econômicos, sociais e ambientais do Governo do Estado;
- III - articular-se e interagir com o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel - PNPB e os programas que o apoiam;
- IV - formar parcerias com os setores público e privado para o planejamento e a implementação do Programa; e
- V - articular-se e interagir com organismos e projetos internacionais de Energias Renováveis.

Art. 2º Fica instituído o Comitê do Programa Catarinense de Energias Renováveis, que terá por competência:

- I - orientar politicamente as ações do Programa;
- II - propor, discutir e aprovar os objetivos, as estratégias, os projetos e ações para a elaboração e implementação do Programa;
- III - realizar o acompanhamento regular de suas atividades;
- IV - elaborar e divulgar sínteses e estatísticas sobre os resultados alcançados e as despesas efetuadas com o Programa;
- V - avaliar os resultados da implementação do Programa e propor os ajustes necessários;
- VI - elaborar seu regimento interno; e
- VII - dirimir eventuais dúvidas relativas ao Programa.

Art. 3º O Comitê instituído pelo art. 2º será composto:

- I - pelo Poder Público Estadual, representado por quatro titulares escolhidos dentre os seguintes órgãos:
 - a) Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
 - b) Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação;
 - c) Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina - FAPESC;
 - d) Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A - EPAGRI; e
 - e) Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC;
- II - por produtores e trabalhadores da agricultura, representados pelos titulares indicados pelas seguintes entidades:
 - a) Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul - FETRAF-SUL;
 - b) Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina - FETAESC;
 - c) Cooperativa Central dos Assentamentos de Santa Catarina - CCA; e
 - d) Associação Estadual dos Pequenos Agricultores Catarinenses - AEPAC;
- III - pelo setor de processamento, industrialização, instituições de ensino superior e pesquisa e pela Federação Catarinense de Municípios - FECAM, representados por quatro titulares, escolhidos dentre as seguintes entidades:
 - a) Federação Catarinense de Municípios - FECAM;
 - b) Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC;
 - c) instituições comunitárias de ensino superior e pesquisa do Estado de Santa Catarina;
 - d) Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; e
 - e) Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

§ 1º Cada integrante do Comitê terá um suplente, por ele indicado, para substituí-lo em suas funções nos casos de ausência ou impedimento definidos em regimento, a ser baixado pelo Presidente.

§ 2º O exercício da função de representante do Comitê do Programa Catarinense de Energias Renováveis não será remunerado, sendo considerado serviço relevante prestado ao Estado de Santa Catarina.

Art. 4º O Comitê do Programa Catarinense de Energias Renováveis será dotado de uma Secretaria Executiva vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

§ 1º O Secretário Executivo do Comitê, com remuneração específica, responderá pelo acompanhamento da sua execução, de acordo com as normas definidas pelo Comitê.

§ 2º São atribuições do Secretário Executivo:

a) coordenar as atividades necessárias para a elaboração, discussão, aprovação, implementação, avaliação e o acompanhamento do Programa;

b) coordenar, sob a orientação do Presidente, a convocação e pauta das reuniões do Comitê;

c) relatar verbalmente, nas reuniões do Comitê, os processos a serem submetidos à apreciação e deliberação dos seus membros e prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados; e

d) coordenar a implementação das resoluções do Comitê.

§ 3º As reuniões do Comitê realizar-se-ão sempre que necessário e suas pautas serão expressamente comunicadas, com antecedência mínima de três dias, pelo Secretário Executivo.

§ 4º Cada órgão/entidade com assento no Comitê deverá indicar um representante com habilitação específica para interagir técnica e politicamente nas ações e atividades a serem desenvolvidas pelo Programa.

§ 5º Os representantes de que trata o § 4º trabalharão sob a coordenação do Secretário Executivo do Comitê.

Art. 5º O Comitê do Programa Catarinense de Energias Renováveis terá um Presidente eleito dentre os integrantes.

Parágrafo único. São atribuições do Presidente:

- I - articular o Programa;
- II - dirigir as reuniões do Comitê;
- III - proferir o voto de qualidade;
- IV - convocar as reuniões extraordinárias, por iniciativa própria, sempre que julgar conveniente, e/ou por provocação da maioria dos membros do Comitê;
- V - expedir resoluções e portarias de instruções normativas dos procedimentos do Comitê;
- VI - apresentar a lista de processos ou de matérias constantes da ordem do dia; e
- VII - representar o Comitê.

Art. 6º O Secretário Executivo do Comitê terá o suporte técnico/administrativo necessário por meio de servidores e consultores fornecidos pela Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural podendo solicitar informações e relatórios necessários ao cumprimento do Programa Catarinense de Energias Renováveis.

Parágrafo único. Devidamente autorizado pelo Comitê e atendendo aos preceitos legais pertinentes, o Secretário Executivo poderá buscar junto ao setor público e privado colaboração para a obtenção de suporte técnico/administrativo para o Programa.

Art. 7º O Comitê poderá expedir as instruções que se fizerem necessárias para a efetivação do Programa Catarinense de Energias Renováveis.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de dezembro de 2007
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PL N° 0003.4/2007

Modifica a Ementa e o Art. 1º da proposta acima epigrafada, passam a tramitar com as seguintes redações:

"Autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo de Incentivo ao Biocombustível no Estado de Santa Catarina - FUNBIOCOMBUSTÍVEL

O Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo de Incentivo ao Biocombustível no Estado de Santa Catarina - FUNBIOCOMBUSTÍVEL"

Sala da Comissão, em

Deputado Gelson Merísio

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 19/12/07

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 19/12/07

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0003.4/2007

Fica suprimido o inciso I do art. 4º do Projeto de Lei nº PL/0003.4/2007, renumerando-se os demais dispositivos.

Sala da Comissão, em
Deputado Gelson Merísio

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 19/12/07

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 19/12/07

APROVADA A REDAÇÃO FINAÇ

Sessão de 19/12/07

EMENDA MODIFICATIVA REDACIONAL AO PL Nº 0003.4/2007

Modifica a redação da Ementa e dos seus parágrafos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, substituindo a expressão FUNBIOCOMBUSTÍVEL pela expressão FUNDO DO BIOCOMBUSTÍVEL.

Sala das Comissões, em
Deputado Pedro Uczái

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 19/12/07

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 19/12/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 003/07

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo de Incentivo ao Biocombustível no Estado de Santa Catarina - FUNDO DO BIOCOMBUSTÍVEL.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Fundo de Incentivo ao Biocombustível no Estado de Santa Catarina - FUNDO DO BIOCOMBUSTÍVEL.

Art. 2º São objetivos do FUNDO DO BIOCOMBUSTÍVEL:

I - incentivar a melhoria dos processos industriais, da qualidade do produto final, dos co-produtos e subprodutos e a rentabilidade global da cadeia de produção de biocombustível;

II - incrementar a industrialização da biomassa como fontes de matéria-prima para a produção de biocombustível;

III - promover o aumento do rendimento agrícola da biomassa que seja fonte de matéria-prima para a produção de biocombustível e estimular a disseminação destes cultivares no Estado de Santa Catarina;

IV - pesquisar novas fontes de biomassa apropriadas à produção de biocombustível e estimular a introdução das mesmas na produção agrícola do Estado de Santa Catarina;

V - incentivar a pesquisa, a inovação e o desenvolvimento tecnológico em todas as etapas da cadeia produtiva do biocombustível;

VI - promover o treinamento e a capacitação técnica dos recursos humanos envolvidos em todas as etapas da cadeia de produção de biocombustível, assim como a qualificação e o aperfeiçoamento de profissionais de instituições públicas e privadas envolvidas diretamente na pesquisa e no desenvolvimento tecnológico dos processos produtivos de biocombustível; e

VII - estimular a produção de biocombustível a partir de espécies oleaginosas nativas do Estado de Santa Catarina, que sejam exploráveis em regime de extrativismo nas áreas de ocorrência natural destas espécies.

Parágrafo único. Para a efetivação dos objetivos discriminados neste artigo:

I - será utilizado recurso do FUNDO DO BIOCOMBUSTÍVEL;

II - dar-se-á preferência à contratação de empresa e mão-de-obra catarinense; e

III - promover-se-á a pequena agricultura familiar.

Art. 3º Fica instituído o Conselho Gestor do FUNDO DO BIOCOMBUSTÍVEL, com a finalidade de promover a sua administração, a ser integrado:

I - pelo Poder Público Estadual, representado por quatro titulares escolhidos dentre os seguintes órgãos:

a) Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural;

b) Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação;

c) Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina - FAPESC;

d) Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A - EPAGRI; e

e) Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC;
II - por produtores e trabalhadores da agricultura, representados pelos titulares indicados pelas seguintes entidades:

a) Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul - FETRAF-SUL;

b) Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina - FETAESC;

c) Cooperativa Central dos Assentamentos de Santa Catarina - CCA; e

d) Associação Estadual dos Pequenos Agricultores Catarinenses - AEPAC;

III - pelo setor de processamento, industrialização, instituições de ensino superior e pesquisa e pela Federação Catarinense de Municípios - FECAM, representados por quatro titulares, escolhidos dentre as seguintes entidades:

a) Federação Catarinense de Municípios - FECAM;

b) Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC;

c) instituições comunitárias de ensino superior e pesquisa do Estado de Santa Catarina;

d) Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; e

e) Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
§ 1º O Conselho Gestor do FUNDO DO BIOCOMBUSTÍVEL elegerá um Coordenador para organizar a gestão do Conselho por um período de dois anos.

§ 2º Cada órgão ou entidade representados no Conselho Gestor deve indicar um suplente para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos.

Art. 4º Os recursos do FUNDO DO BIOCOMBUSTÍVEL são provenientes das seguintes fontes:

I - contribuição de produtores, indústrias de beneficiamento, instituições nacionais ou internacionais;

II - financiamentos nacionais ou internacionais de projetos específicos de pesquisas e desenvolvimento;

III - recursos oriundos de convênios, ajustes ou acordos celebrados com organismos nacionais e/ou internacionais;

IV - participação em créditos de seqüestro de carbono ou similar;

V - *royalties* por inovações tecnológicas implementadas;

VI - recursos auferidos em razão de aplicações financeiras;

VII - recursos orçamentários; e

VIII - outras contribuições, rendas e receitas a ele destinadas.

§ 1º As contribuições ao FUNDO DO BIOCOMBUSTÍVEL de que tratam os incisos I e II, deverão observar o disposto em regulamento.

§ 2º O pagamento dos valores mencionados nos incisos I e II deve ser efetuado até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao período de apuração, correspondente à utilização do financiamento ou do benefício fiscal.

Art. 5º O contribuinte inadimplente com a contribuição ao FUNDO DO BIOCOMBUSTÍVEL perde, de forma definitiva, em relação ao período em que persistir a inadimplência, o direito de utilização do benefício referente à comercialização de biocombustível e do financiamento do crédito especial para investimento.

Art. 6º Os recursos do FUNDO DO BIOCOMBUSTÍVEL devem ser depositados em conta bancária própria, aberta em agência da instituição bancária nomeada agente financeiro do Tesouro Estadual, com escrituração específica, observadas as normas vigentes.

Art. 7º É vedada a utilização de recursos do FUNDO DO BIOCOMBUSTÍVEL para:

I - patrocinar projetos que não estejam de acordo com a legislação brasileira sobre proteção ao meio ambiente;

II - patrocinar quaisquer projetos com finalidades diversas das previstas nesta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***